

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TERRITORIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO



APOIO

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL
SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO



NEDET
Núcleo de Estudos em
Desenvolvimento Territorial





SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL
SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

UFBA
Universidade Federal da
Bahia
NEDET
Núcleo de Extensão em
Desenvolvimento Territorial

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PTDS

**TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE
BAIANO - TLNAB**

***COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
CODETER***

**ALAGOINHAS - BAHIA
2017**

TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO - TLNAB

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL CODETER

DIREÇÃO EXECUTIVA - DIREX

Adelson Gomes Filho - *Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF*

Antônio Carlos de Oliveira - *Prefeitura Municipal de Itapicuru*

Carlos Geovany Lima Souza - *Prefeitura Municipal de Alagoinhas*

Dazi de Souza Gomes - *Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais*

Deivison Bispo de Santana - *Prefeitura Municipal de Alagoinhas*

Elisete de Santana Portugal - *Associação Riacho do Mel*

Idalécio dos Santos - *Cidadãos Realenses Associados - CRAS*

José Adilson de Souza - *Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Alagoinhas –
COOPERA*

José Luiz Alves Gandarela – *Prefeitura Municipal de Cardeal da Silva*

José Uelson de Jesus – *Câmara de Vereadores de Inhambupe*

Luis de Lima Barbosa – *Prefeitura Municipal de Rio Real*

Neide Sales dos Santos - *Associação dos Encourados de Pedrão – AEP*

COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO PTDS

DEIVISON BISPO DE SANTANA

Engenheiro Agrônomo

NEIDE SALES DOS SANTOS

Bióloga

ANA MARCIA DANTAS

Assistente Social

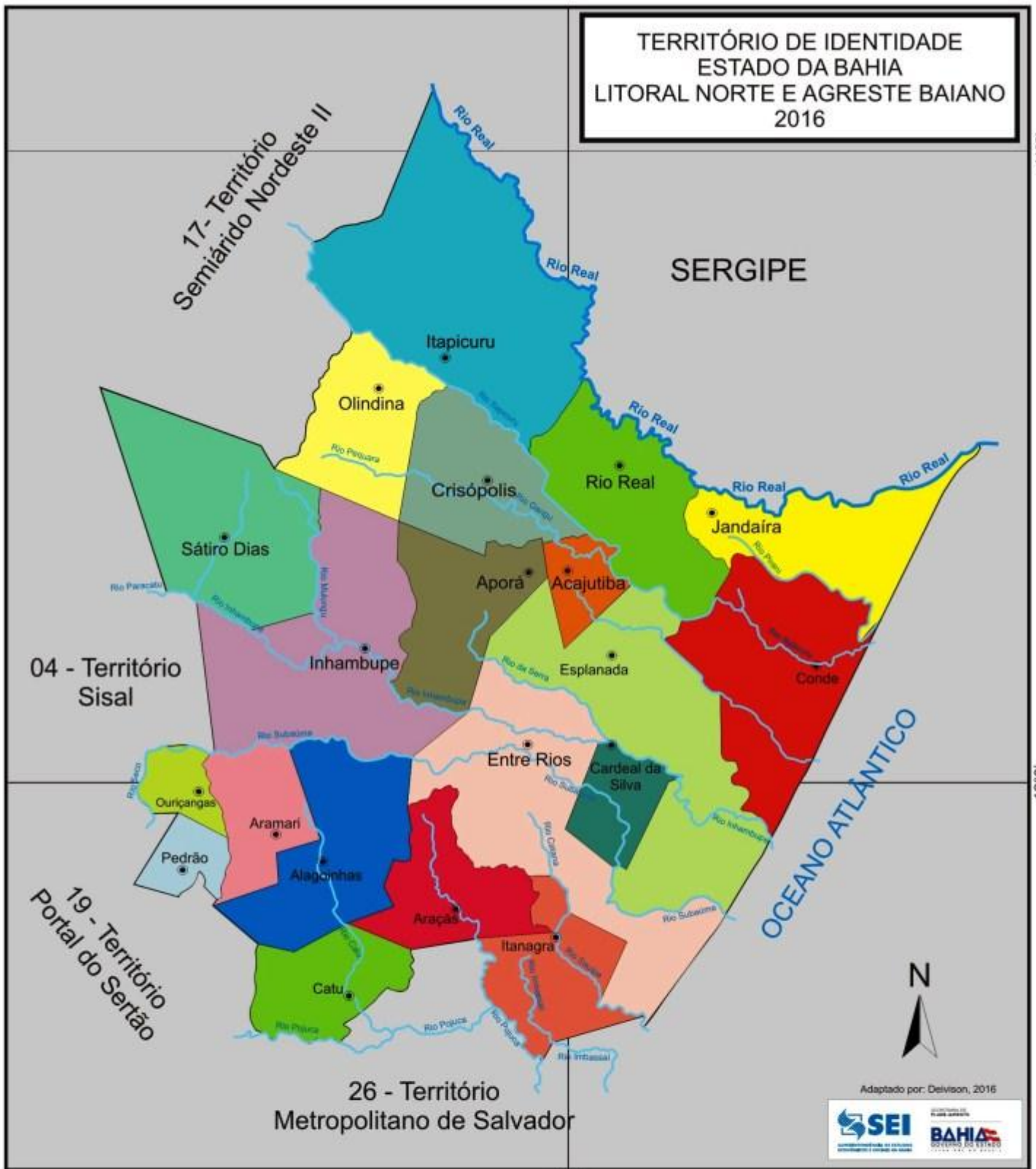
Agente de Desenvolvimento Territorial – ADT

EDIMARE RIBEIRO COSTA

Historiadora

Assistente Territorial – SDR/CAR

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE
ESTADO DA BAHIA
LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
2016



18-Território Litoral Norte e Agreste Baiano

Acajutiba	Conde	Jandaíra
Alagoinhas	Crisópolis	Olindina
Aporá	Entre Rios	Ouriçangas
Araçás	Esplanada	Pedrao
Aramari	Inhambupe	Rio Real
Cardeal da Silva	Itanagra	Sático Dias
Catu	Itapicuru	

FONTE:
Lei nº 13.468 de 29/12/2015 referente ao Plano Plurianual Participativo 2016 - 2019. Divisão Política dos Territórios de Identidade. BAHIA - Seplan; Folhas Topográficas, escala 1:100.000. DSG, 1969 - 1972, 1974 - 1975, 1977, 1979 - 1982, 1984 - 1985, 1989 e 1994; IBGE, 1965 - 1968, 1970 - 1972, 1974 - 1975, 1980 - 1981 e 1983; IBGE/SEI, 2007; IBGE/Sudene, 1975; Sudene, 1972 - 1974, 1976 - 1977, 1982, 1984 e 1989; Sudene/Codevasf, 1976; Sudene/Suale, 1972-1973; Sistema de Transporte. BAHIA - DERBA, 2007; Localidades. BRASIL - IBGE, 2010; Divisão Política-Administrativa do Estado da Bahia. SEI, Versão - 30 de Junho de 2015.



LISTA DE SIGLAS

ADAB – Agência de Defesa Agropecuária da Bahia
AISP – Área Integrada de Segurança Pública
APA – Áreas de Preservação Ambiental
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BAHIATER - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
CEALNOR – Centro Agroecológico do Litoral Norte
CETEP – Centro Territorial de Educação Profissional
CIAT – Comissão de Implantação das Ações Territoriais
CIRETRAN – Circunscrição Regional de Trânsito
CMDS's – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COOPEALNOR – Cooperativa Agropecuária do Litoral Norte da Bahia
CTEP – Conselho Territorial de Educação Profissional
DERBA – Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia
DIREX - Diretoria Executiva
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EFA – Escolas Família Agrícola
FIEB – Federação de Indústrias do Estado da Bahia
GAC – Programa de Gestão Ambiental Compartilhada
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDS – Índice de Desenvolvimento da Saúde
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST – Movimento de Trabalhadores Sem Terra
NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
ONG's – Organizações Não Governamentais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA-P – Plano Plurianual Participativo
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT - Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PTDS – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
RISP – Região Integrada de Segurança Pública
RPGA's – Regiões de Planejamento de Gestão das Águas
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SEPLAN – Secretaria de Planejamento
SESAB – Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

SINTRAF – Sindicato dos Agricultores Familiares da Bahia

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUAF – Superintendência da Agricultura Familiar

SUDIC – Secretaria de Indústria e Comércio

TLNAB – Território Litoral Norte e Agreste Baiano

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico

INDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: MAPA TERRITÓRIO DE IDENTIDADE LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	23
FIGURA 2: RECORTE DO MAPA DE ATENDIMENTO PELO RISP-LESTE NO TERRITÓRIO.	32

INDICE DE TABELAS

TABELA 1: ORIGEM DA FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO	15
TABELA 2: COMPOSIÇÃO ATUAL DAS INSTITUIÇÕES TITULARES DO CODETER/LN (2013-2016)	18
TABELA 3: SITUAÇÃO POPULACIONAL DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO.....	24
TABELA 4: SITUAÇÃO POPULACIONAL DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO.....	26
TABELA 5: REDE ESCOLAR ESTADUAL DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO.....	27
TABELA 6: ÓBITOS POR GRUPO DE CAUSAS NO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO – 2006 – 2009	30
TABELA 7: UNIDADES DA POLICIA MILITAR QUE ATENDEM AOS MUNICÍPIOS DO TLNAB.....	33
TABELA 8: DEMONSTRATIVO DOS ÍNDICES ECONÔMICOS DO TLNAB	34
TABELA 9: RELAÇÃO DAS AGROINDUSTRIAS FAMILIARES DO TERRITÓRIO	40
TABELA 10: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA.	42
TABELA 11: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL.....	45
TABELA 12: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL.....	47
TABELA 13: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO POLÍTICO- INSTITUCIONAL.....	49
TABELA 14: MATRIZ DE AÇÕES DO EIXO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AMBIENTAL COM INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA.	54
TABELA 15: MATRIZ DE AÇÕES DO EIXO ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA.	57
TABELA 16: MATRIZ DE AÇÕES DO EIXO FORMAÇÃO CIDADÃ E ORGANIZAÇÃO SOCIAL.	58
TABELA 17: MATRIZ DE AÇÕES DO EIXO INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS. ..	61

INDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: GRÁFICO REPRESENTATIVO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	25
--	----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I.....	13
1. HISTÓRICO DO TERRITÓRIO	13
1.1. Desenvolvimento Territorial	15
1.2. Caracterização do CODETER/LN	16
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO	22
2.1. Localização	22
2.2. Habitantes.....	24
2.3. Educação.....	25
2.4. Saúde	29
2.5. Segurança Pública	31
2.6. Produto Interno Bruto - PIB <i>Per Capta</i>	34
2.7. Índice de Gini.....	35
2.8. Benefícios Sociais – Bolsa Família	35
2.9. Estrutura Fundiária.....	35
2.10. Agricultores Familiares e Patronal.....	37
2.11. Aspectos produtivos, beneficiamento e comerciais.....	38
2.12. As Agroindústrias da Agricultura Familiar.....	39
3. DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO - LIMITES E POTENCIALIDADES.....	42
3.1. Dimensão Socioeconômica	42
3.2. Dimensão Sociocultural e educacional.....	44
3.3. Dimensão Socioambiental.....	46
3.4. Dimensão Político-Institucional.....	49
CAPÍTULO II	52
4. EIXOS DO DESENVOLVIMENTO	52
4.1. Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	53
4.2. Estrutura Fundiária e Acesso a Terra;	57
4.3. Formação Cidadã e Organização Social.....	58
4.4. Infraestrutura e Serviços Públicos.....	61
CAPÍTULO III.....	67
5. INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS PARA GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO	67
5.1. Monitoramento.....	69
5.2. Ações de Monitoramento e Avaliação do Plano.....	70
6. REFERÊNCIAS:.....	72

APRESENTAÇÃO

As últimas décadas repercutem, até os dias de hoje, a centralização das políticas públicas implementadas pelos governos federal e estadual, impedindo com que essas políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Com efeito, a sustentabilidade impõe mudanças radicais na concepção do desenvolvimento porque se trata de um novo paradigma, que redefine seus objetivos e as estratégias decorrentes com base em princípios universais comuns à sociedade humana. Satisfazer as necessidades humanas é o principal objetivo do desenvolvimento sustentável, portanto, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações.

Esse modo de agir ressalta alguns dos aspectos associados à nova concepção de planejamento: a revalorização da base física - territorial e ambiental, a adoção de escalas territoriais objetivando facilitar a operacionalização dos planos e programas, a ampliação da participação social na formulação, gestão e monitoramento dos programas.

Isto é, deve se potencializar e valorizar o protagonismo e o empoderamento dos atores sociais territoriais, pois o Estado tradicionalmente tem se pautado em modelos de gestão que produziam e executavam políticas públicas com escassa ou nula participação da sociedade civil organizada. Atualmente se utilizam sistemas de planejamento, gestão e intervenção modernos e incluídos que buscam o equilíbrio entre o planejamento ascendente (da Sociedade para o Estado) e o descendente (do Estado para a Sociedade).

O principal instrumento de apoio à gestão social que estimula a construção do modelo de desenvolvimento sustentável é o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS elaborado com base na experiência de planos já existentes ou em implementação em cada território (MDA, 2010).

No Território Litoral Norte e Agreste Baiano – TLNAB a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS foi iniciado em 2011 e finalizado em 2012.

Diante da proposta do governo estado a fim de promover a atualização e finalização de todos os Planos Territoriais, em 2016 foi iniciada a Requalificação do

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS do Território Litoral Norte e Agreste Baiano o qual tem o objetivo de se constituir como principal instrumento de planejamento de longo prazo e de suporte para a gestão do desenvolvimento do território.

O PTDS foi construído pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial, com a assessoria do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento territorial – NEDET da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, levando-se em consideração a diversidade de grupos e os interesses sociais, culturais, políticos e econômicos e adotando procedimentos para identificar e incluir as análises e contribuições dos diversos públicos existentes no território (comunidades e povos tradicionais, mulheres, jovens, sistemas alternativos de produção, experiências culturais e educacionais, dentre outros).

A requalificação do PTDS do Território Litoral Norte e Agreste Baiano – TLNAB utilizou-se da metodologia participativa, cuja premissa assegurou a participação de todos os atores institucionais do território, para que fossem ouvidos, e tivessem suas opiniões respeitadas e os dados mais aproximados possível da realidade. Pautou-se em uma estratégia de desenvolvimento e em uma nova concepção no processo de planejamento, atualizando e incorporando temas sensíveis à sociedade nestas primeiras décadas do século XXI, sem desprezar o conteúdo do PTDRS de 2012.

O PTDRS está organizado em três partes distribuídos em capítulos.

CAPÍTULO I – Composta pelo histórico/formação, caracterização do território, assim como, do diagnóstico do territorial, que expressa o conjunto de problemas, desafios e principais potencialidades nos campos socioeconômico, socioambiental, sociocultural e educacional e político - institucional identificado pelos agentes públicos e atores sociais que integram o Colegiado do TLNAB.

CAPÍTULO II – Descreve o planejamento do Desenvolvimento a ser adotado, que prioriza o enfrentamento de alguns dos problemas, fragilidades e potencialidades apontados no Diagnóstico pelos agentes e atores territoriais, para formular opções estratégicas de desenvolvimento constituídas por um conjunto de ações convergentes e articuladas capaz de transformar a realidade atual e construir o futuro desejado. Essas opções estratégicas estão formatadas na Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas, focando nos quatro eixos do desenvolvimento: a) Desenvolvimento Econômico e

Ambiental com Inclusão Sócioprodutiva; b) Estrutura Fundiária e Acesso a Terra; c) Formação Cidadã e Organização Social; e d) Infraestrutura e Serviços Públicos.

CAPÍTULO III – Relaciona os Instrumentos Estratégicos para Gestão do Desenvolvimento e o monitoramento da execução das ações.

Deve-se registrar de antemão, que os programas e projetos elencados não esgotam nem contemplam todas as necessidades e demandas, acumuladas por décadas. Adotaram-se os critérios de prioridade e viabilidade na seleção dos projetos e programas. Assim, procurou-se evitar, propositadamente, um Plano com uma relação muito ampla de problemas e propostas, sem viabilidade técnica, política e econômico-financeira.

CAPÍTULO I

O TERRITÓRIO

1. HISTÓRICO DO TERRITÓRIO

A região onde hoje está situado o Território Litoral Norte e Agreste Baiano, nos primórdios da colônia portuguesa no novo continente, fazia parte de uma hinterlândia¹ que se iniciava nas terras ao norte da cidade do São Salvador da Baía de Todos os Santos e se estendia até as terras do atual estado do Maranhão. Inicialmente habitada por nativos das tribos indígenas, a primeira povoação branca foi à Casa da Torre, também denominada de Castelo Garcia D'Ávila. Funcionando em sistema de sesmaria com terras doadas pelo governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, a Casa da Torre desbravou as terras ao norte da povoação, ampliando o domínio português entre os povos indígenas ali instalados (SEI, 2016).

A ocupação primitiva do TLNAB esteve relacionada à colonização portuguesa no litoral brasileiro, através da cultura canavieira que se disseminou ao longo da costa, consolidando os principais núcleos urbanos nos vales dos seus rios, concomitante com a pecuária extensiva e a produção agrícola de subsistência (PTDS, 2012).

Pode-se considerar que a ocupação do Agreste Baiano começou a se definir com a expansão da pecuária a partir da Casa da Torre de Garcia D'Ávila, ainda nos séculos XVI e XVII, a partir dos caminhos existentes entre o Recôncavo (grande centro produtor de açúcar da Colônia) e regiões mais longínquas. Consolidou-se com as estradas das boiadas, as feiras e os pontos de parada do gado. Além da complementaridade do Território com o Recôncavo a partir do fornecimento de lenha e animais de tração (Litoral Norte) para os engenhos de açúcar (Recôncavo) (PTDS, 2012).

O processo histórico de ocupação do TLNAB não se deu de forma contínua, sendo importante ressaltar que o território contou com três sub-regiões: Recôncavo Norte, Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas, primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente, em termos de antiguidade de ocupação (PTDS, 2012).

Os primeiros municípios do Território a serem criados foram Itapicuru e Jandaíra, antes denominados, respectivamente, Vila do Itapicuru de Cima e Vila de Abadia, em 1727. Jandaíra, tendo como segundo nome Cachoeira de Abadia, teve o seu

¹ Área econômica e geográfica contígua à costa marinha ou a um rio;

topônimo alterado para a atual nomenclatura pela Lei estadual nº 2045, de 17 de agosto de 1927. Mesmo com antecedentes históricos do período colonial, boa parte dos municípios do Território de Identidade foi criada no século XX (SEI, 2016).

A ocupação histórica da sub-região Recôncavo Norte que reunia os municípios de Catu e Itanagra esteve atrelada à produção de açúcar, mantendo, no período colonial papel complementar à produção açucareira no cenário nacional. As terras desta parte da região eram consideradas menos propícias ao cultivo da cana-de-açúcar, sendo usadas apenas nos períodos de alta internacional dos preços do produto, quando a plantação se expandia para áreas periféricas ao Recôncavo baiano, atingindo os municípios citados. Na baixa estação, nestas terras desenvolvia-se a pecuária extensiva (PTDS, 2012).

Agrupando os municípios de Entre Rios, Esplanada, Cardeal da Silva, Conde e Jandaíra, a sub-região Litoral Norte não possuía solo que favorecesse a plantação de lavouras (açúcar, café); nessas áreas eram cultivadas, apenas, mandioca e coco. Por esse motivo é que a sub-região destacou-se pela pecuária extensiva, tendo sido fornecedora de carnes e animais de tração para canaviais e engenhos (PTDS, 2012).

E, por fim, a sub-região Agreste de Alagoinhas constituída por Aramari, Acajutiba, Aporá, Alagoinhas, Ouriçangas, Inhambupe, Sátiro Dias e Rio Real, além de quatro municípios que não pertencem à região econômica Litoral Norte. De ocupação mais recente do que as outras sub-regiões, o Agreste de Alagoinhas contava com estrutura produtiva diversificada, estrutura fundiária menos concentrada e com terras de melhor qualidade, nas quais se misturavam atividades de pecuária e pequena produção.

Ao longo da sua história, o Território teve como base econômica a atividade pecuária, os cultivos de cana-de-açúcar, coco-da-baía, citricultura, a exploração de petróleo, a silvicultura, o turismo e o lazer (PTDS, 2012).

A ocupação do Território se deu de forma rarefeita e lenta, tanto no interior com as grandes fazendas de pecuária e cana, quanto nas áreas de agricultura de subsistência e das vilas de pescadores na parte litorânea, propriamente dita. A implantação das estradas de ferro, já no século XIX, permitiu a origem e estabelecimento de núcleos urbanos, contribuindo no povoamento e na integração do sistema urbano que se desenhava. A implementação da rede viária permitiu o fortalecimento dos núcleos urbanos, até então existentes e favoreceu o surgimento e consolidação de outros no interior e na área litorânea do território estadual. (PTDS, 2012).

TABELA 1: ORIGEM DA FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO

MUNICÍPIO	DATA DE FUNDAÇÃO	PRIMEIRO NOME	DESMEMBRADO	OBSEVAÇÕES
Acajutiba	28/11/1952	Povoado Cajueiro	Esplanada	
Alagoinhas	07/07/1880	Vila de Santo Antônio	Inhambupe	
Aporá	09/04/1959	Nossa Senhora da Conceição de Aporá	Inhambupe	Integrava a Sesmaria da Casa da Torre de Garcia D'Ávila
Araçás	24/12/1989	Fazenda Araçá	Alagoinhas	
Aramari	06/09/1961	Olhos D'água	Alagoinhas	
Cardeal da Silva	30/07/1962	Divina Pastora	Entre Rios	
Catu	26/06/1868	Vila Santana do Catu	***	Originada das sesmarias do Conde da Ponte. Tornou-se cidade em 29-07-1913
Conde	10/08/1935	N. Sra do Monte de Itapicuru da Praia	Esplanada	Integrava a Sesmaria da Casa da Torre de Garcia D'Ávila. Tornou-se cidade 1ª vez em 19-08-1921.
Crisópolis	12/03/1962	Bom Jesus	Itapicuru	
Entre Rios	03/04/1872	Nossa Senhora dos Prazeres	Inhambupe	Integrava a Sesmaria da Casa da Torre de Garcia D'Ávila
Esplanada	19/08/1921	Arraial de Esplanada	Vila do Conde	
Inhambupe	06/08/1896	Vila de Inhambupe de cima	Agua Fria	Integrava a Sesmaria da Casa da Torre de Garcia D'Ávila/ Elevado à categoria de vila em 28/04/1728
Itanagra	30/07/1962	Cipó das cabaças	Mata de São João e Entre Rios	Integrava a Sesmaria da Casa da Torre de Garcia D'Ávila
Itapicuru	28/04/1728	Vila do Itapicuru de cima	Inhambupe e Rio Real	Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Itapicuru, em 27/05/1933
Jandaíra	28/04/1728	Vila de Abadia	Rio Real	Integrava a Sesmaria da Casa da Torre de Garcia D'Ávila / Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Jandaíra, em 16/11/1933.
Olindina	04/08/1958	Nova Olinda	Itapicuru	Integrava a Sesmaria da Casa da Torre de Garcia D'Ávila
Ouriçangas	27/03/1963	Arraial Ouriçangas	Irará	Integrava a Sesmaria da Casa da Torre de Garcia D'Ávila
Pedraõ	12/07/1962	Distrito de Pedraõ	Irará	Distrito criado com a denominação de Pedraõ pela Lei Provincial de 02/08/1862
Rio Real	1/07/1880	Vila de Barracão	Itapicuru	Em 8 de julho de 1931, mudou-se o nome para Rio Real
Sátiro Dias	14/08/1958	Distrito de Sátiro Dias	Inhambupe	Integrava a Sesmaria da Casa da Torre de Garcia D'Ávila

Fonte: IBGE, 2017

1.1. Desenvolvimento Territorial

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

Atualmente no Brasil, a ideia de território está tão imbricada com a perspectiva descentralizada de gestão e horizontalidade das relações sociais e políticas, que para muitos segmentos da sociedade, território é um instrumento político reivindicatório que

substancia a luta política, sobretudo, dos grupos subalternos, tornando-se assim algo necessário a prática social. Esta concepção, logicamente interfere na visão acerca da proposta de desenvolvimento que defende o enfoque territorial (LIMA, 2010).

A concepção de desenvolvimento é algo muito difícil de conceituar, principalmente no que tange índices de melhoria da vida humana, no entanto, trata-se como uma ideia de progresso, de expansão, de crescimento econômico com certo grau de autonomia (ALMEIDA FILHO, 2006).

No processo de desenvolvimento territorial destaca-se a importância dos atores locais, os quais são responsáveis pela construção de projetos capazes de gerar sinergias positivas para o espaço em que atuam, de forma articulada às políticas públicas implantadas pelos governos federal e estadual. Nesse sentido, a territorialização das políticas públicas reflete com dupla influência: por um lado, uma intenção democratizante do desenvolvimento regional e de redução das desigualdades existentes entre e em suas diferentes regiões e, por outro, uma busca de reordenamento espacial.

O desenvolvimento territorial sustentável é um conceito e uma prática contemporânea que vai além do crescimento econômico e que se configura como um processo de mudança social e econômica em termos de potencialidades e capacidades do ser humano, que aproveita e tende a otimizar os graus de liberdade social, econômica e política presentes na sociedade e suas instituições, buscando assim a universalização das oportunidades, dentre outras, de saúde, educação, trabalho, cultura e a criação e a capacidade efetiva de se desfrutar das garantias plenas dos direitos humanos.

1.2. Caracterização do CODETER/LN

1.2.1. Histórico do CODETER

A política de desenvolvimento territorial iniciou na Bahia em 2003, a partir da promoção de 5 territórios de identidades homologados e apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, ligada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Na primeira oficina estadual, ocorrida neste mesmo ano, voltada para discutir a Política de Desenvolvimento Territorial, além de objetivar a montagem de um plano de ação a fim de mapear outros Territórios, e, nessa oficina foi constituído um Grupo de Trabalho a fim de aprofundar a discussão territorial onde a Central das Associações do

Litoral Norte – CEALNOR sediada no município de Rio Real integrou o GT representando as organizações sociais junto com outras cinco instituições.

Em 2005, com apoio institucional da ARCO-BR/ALNAG-Agência de Comercialização do Litoral Norte e Agreste Baiano, foi realizado no Hotel Turístico em Alagoinhas-Bahia, o primeiro seminário de construção do território, coordenado pelo Ubiramar Bispo de Souza, representante da CEALNOR e por Joel da Silva representando Prefeitura Municipal de Alagoinhas. Naquela ocasião, o seminário aconteceu contando com as presenças de representações do Poder Público Municipal de 13 municípios, a saber: Alagoinhas, Aporá, Aramari, Catu, Conde, Entre Rios, Inhambupe, Olindina, Pojuca, Rio Real, Cipó, São Sebastião do Passe e Nova Soure, além de duas Câmaras de Vereadores de Alagoinhas e Aramari. Estiveram presentes também representantes dos diversos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios da região, assim como Cooperativas, ONG's, Associações rurais, instituições bancárias, órgãos do governo estado, entre outros.

A partir do seminário deu-se início ao processo de formação do Território. Na oportunidade foi criada a CIAT – Comissão de Instalação das Ações Territoriais. Daí, então, definiu-se a primeira tiponímia do Território denominando-o de “Território Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas”, influenciado pela posição geográfica e pelo Bioma. Inicialmente formado por 22 municípios: Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Catu, Cardeal da Silva, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, Sátiro Dias.

A CIAT foi composta por 03 instituições, da Sociedade Civil: CEALNOR, COOPERA e Pólo Sindical; do Poder Público: Prefeitura Municipal de Alagoinhas, EBDA-Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola e Câmara Municipal de Aramari.

Em 2009 o Governo do Estado passou a apoiar financeiramente o território através do Convênio SEPLNA/INGÁ/CATRUFs com objetivo organizar e fortalecer a política territorial com a criação e fortalecimento do Colegiado, e, daí foram realizadas as primeiras plenárias nos municípios que compõem o território, com exceção apenas do município de Mata de São João.

Plenárias Municipais de Política Territorial ocorridas nos municípios, visavam atender os seguintes objetivos: 1. Apresentar a comunidade local a Política de Desenvolvimento Territorial; 2. Criar a Comissão Municipal de Desenvolvimento

Territorial; 3. Eleger a coordenação da Comissão Municipal, que faria parte da composição do Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte e Agreste Baiano - CODETER; 4. Iniciar a analisar da proposta de Regimento Interno que disciplinará o funcionamento da Comissão Municipal e do Colegiado Territorial.

Em junho de 2010 foi realizada a Plenária Territorial onde foi eleito o Colegiado de Desenvolvimento Territorial - CODETER/LN e já aprovando parte do Regimento Interno pré discutido nas plenárias municipais. No mês de julho de 2010, no CETEP - Centro Territorial de Educação Profissional em Alagoinhas, o Colegiado Territorial realizou a sua primeira reunião, elegeu a DIREX - Direção Executiva e formou o Núcleo Técnico. Esta ação visou tirar o território da fase de CIAT avançando para constituição e fortalecimento do Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte e Agreste Baiano - CODETER.

1.2.2. Composição do CODETER

O CODETER/LN se organiza desde as bases a partir de Comissões Municipais para a Sustentabilidade Territorial - COMUST's, integradas por todas as instituições da sociedade civil com legitimidade e representação social e do poder público municipal. As Comissões têm uma coordenação composta por 1/3 do poder público e 2/3 da sociedade civil e se organizam por meio de um regimento próprio, seguindo os termos do Regimento do Colegiado Territorial. O Colegiado Territorial está composto por 63 instituições, sendo: 21 pertencentes ao Poder Público e 42 pertencentes à Sociedade Civil organizada.

TABELA 2: COMPOSIÇÃO ATUAL DAS INSTITUIÇÕES TITULARES DO CODETER/LN (2013-2016)

MUNICÍPIO		INSTITUIÇÃO	
		<input checked="" type="checkbox"/> Titular	<input type="checkbox"/> Suplente
ACAJUTIBA	PP	Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Agricultura	
	SC	Associação dos Professores Licenciados da Bahia - APLB.	
	SC	Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR	
	PP	Câmara Municipal de Acajutiba	
	SC	Filhos do Mundo/Via do Trabalho	
	SC	Associação de Integração Arauto do Amor	
ALAGOINHAS	PP	Prefeitura Municipal / Sec. Municipal de Agricultura - SEMAG	
	SC	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - SINTRAF	
	SC	União das Associações Rurais de Alagoinhas - UARA	
	PP	Prefeitura Municipal / Sec. de Des Econômico e Meio Ambiente - SEDEA	
	SC	Cooperativa de Catadores de Alagoinhas - CORAL	
	SC	Associação Riacho do Mel	
APORÁ	PP	Prefeitura Municipal / Sec. de Agricultura	
	SC	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR	

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	
	<input type="checkbox"/> Titular	<input type="checkbox"/> Suplente
	SC	Grupo Espírita Fraternidade e Esperança
	PP	Prefeitura Municipal/Sec. de Assistência Social
	SC	Associação dos Agricultores Familiares de Mangabeira
	SC	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aporá
ARAÇAS	PP	Prefeitura Municipal/ Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
	SC	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçás - STR
	SC	Associação Comunitária dos Moradores do Gaiosó
	PP	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - EBDA
	SC	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento São Matos
	SC	Associação das Artesãs de Araçás
	SC	Associação das Artesãs de Araçás
ARAMARI	PP	Prefeitura Municipal/ Secretaria de Educação
	SC	Sindicato dos Trab Rurais e Agricultura Familiar de Aramari - SINTRAF
	SC	Associação dos Atletas de Aramari
	PP	Escola do 2.º Grau Anselmo da Silva Santos
	SC	Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Aramari
	SC	Associação de Pau d'Alho
CARDEAL DA SILVA	PP	Prefeitura Municipal/Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
	SC	Associação Barro Vermelho e Adjacência
	SC	Associação Beneficente Evangélica de Cardeal da Silva
	PP	Prefeitura Municipal/Secretaria de Assistência Social – Conselho Tutelar
	SC	Associação Beneficente Divina Pastora
	SC	Associação dos Professores Licenc. da Bahia - APLB.
CATU	PP	Prefeitura Municipal/Secretaria de Agricultura
	SC	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - SINTRAF
	SC	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de Água Verde
	PP	Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação e Cultura
	SC	Associação dos Trabalhadores Rurais do São José - Cassarongongo
	SC	Associação dos Produtores Rurais de Pindobal de Cima
CONDE	PP	Prefeitura Municipal /Sec. de Agricultura, Des Econ. e Meio Ambiente.
	SC	Associação dos Lavradores de Altamira
	SC	Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Pescado da Ilha das Ostras
	PP	Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação
	SC	Associação Senhor do Bonfim
	SC	Associação dos Lavradores de Altamira
CRISÓPOLIS	PP	Prefeitura Municipal/ Secretaria de Des Econ. de Agric. e Meio Ambiente.
	SC	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crisópolis
	SC	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia - APLB
	PP	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - EBDA
	SC	Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM
	SC	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde
ENTRE RIOS	PP	Prefeitura Municipal /Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.
	SC	Associação Filhos do Mundo
	SC	Associação dos Trabalhadores Rurais, União Familiar de Catana.
	PP	Prefeitura Municipal/ Controladoria Geral do Município
	SC	Associação dos Agricultores Familiares Mãos Unidas do Imbé e Região
	SC	Associação de Apicultores de Entre Rios
ESPLANADA	PP	Prefeitura Municipal / Secretaria da Agricultura
	SC	Associação de Mulheres de Negócio e Profissionais de Esplanada
	SC	Associação Com. dos Peq. Produtores Rurais de Itariri de Maragogipe.
	PP	Prefeitura Municipal/ Secretaria de Esportes e Lazer
	SC	Associação dos Lavradores do Assentamento do São Francisco
	SC	Sindicato dos Trabalhadores de Esplanada - STR
INHAMBUPE	PP	Prefeitura Municipal/Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

MUNICÍPIO		INSTITUIÇÃO
		<input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Suplente
	SC	Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Alagoinhas
	SC	Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR
	PP	Câmara Municipal de Vereadores
	SC	Assoc. Religiosa e Cultural do Terreiro dos Filhos de Kambarangoanje
	SC	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ITANAGRA	PP	Prefeitura Municipal / Secretaria M. de Agricultura e Meio Ambiente
	SC	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
	SC	Cooperativa dos Trabalhadores no Corte e Beneficiamento de Madeira
	PP	Câmara Municipal de Vereadores
	SC	ABRA
	SC	Assembleia de Deus
ITAPICURU	PP	Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Agricultura
	SC	Conselho Municipal de Agricultura de Itapicuru - CDMI
	SC	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapicuru -STR
	PP	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA
	SC	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos P.R. Umbuzeiros
	SC	Associação do Desenvolvimento Comunitário de Pau de Feijão
JANDAÍRA	PP	Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Agricultura
	SC	Conselho de Segurança - CONSEG
	SC	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Tauá
	PP	Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação
	SC	Sindicato dos Agentes /Comunitários de Saúde
	SC	Associação de Pequenos Produtores de Abadia
OLINDINA	PP	Prefeitura Municipal/ Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
	SC	Coop dos Pequenos Agricultores da Região de Olindina - COOPERO
	SC	Associação dos Professores Licenciados da Bahia – APLB em Olindina.
	PP	Conselho Municipal de Desenvolvimento de Olindina - CMDO
	SC	Associação de Desenvolvimento Rural de Sibirino.
	SC	Associação de Citricultores de Nova Colônia.
OURIÇANGAS	PP	Prefeitura Municipal de Ouriçangas
	SC	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Ouriçangas
	SC	Associação Livre dos Produtores Rurais de Catão
	PP	Câmara Municipal de Ouriçangas
	SC	Associação Comunitária de Moradores Pagã
	SC	Associação dos Produtores da Picada
PEDRÃO	PP	Prefeitura Municipal
	SC	Associação dos Encourados de Pedrão - AEP
	SC	Ass. dos Pequenos Agricultores de Pedrão
	PP	Prefeitura Municipal
	SC	Associação Social, Cultural, Desportiva da Barriguda.
	SC	Associação Rural de Água Verde
RIO REAL	PP	Secretária Municipal do Agronegócio e Meio Ambiente
	SC	Cidadãos Realenses Associados - CRAS
	SC	Centro Agroecológico do Litoral Norte - CEALNOR
	PP	Secretária Municipal de Saúde
	SC	Associação dos Agricultores do Mucambo do Rio Azul
	SC	Cooperativa de Agropecuária do Litoral Norte
SÁTIRO DIAS	PP	Prefeitura Municipal
	SC	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
	SC	Associação Comunitária e Rural de Mimoso
	PP	Prefeitura Municipal/Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
	SC	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR
	SC	Assoc. dos Produtores Agrícola do Assentamento da Fazenda Papagaio

É importante salientar que este desenho institucional também permite incorporar ao Colegiado, representações de comunidades tradicionais e outros segmentos existentes no Território, tais como Quilombolas, Indígenas, Pescadores/Marisqueiras, Ribeirinhos, Extrativistas, Comunidades de Terreiros, Deficientes, LGBT, Idosos, CAPPAs, Sem Terras, etc.

A Diretoria Executiva – DIREX, instância político/operativa do Território, é composta por cinco membros de instituições com finalidades diferentes, respeitando-se a paridade entre o Poder Público e a Sociedade Civil. A DIREX tem uma coordenação e uma secretaria executiva, com seus respectivos suplentes, eleitos entre seus integrantes com a devida aprovação da plenária.

Além dessa instância e do Núcleo Técnico, existem as Câmaras Setoriais, fóruns específicos constituídos por instituições que compõem a plenária, com regimento próprio, e que têm como finalidade discutir, fomentar e implementar ações que garantam a sustentabilidade territorial em suas várias dimensões.

Atualmente o Território dispõe de 04 Câmaras Temáticas/Setoriais funcionando efetivamente: 1) a Câmara de Mulheres; 2) a Câmara de Cultura; 3) a Câmara de Agricultura; 4) a Câmara de Meio Ambiente e Educação Ambiental; e 5) a Câmara de Citricultura, embora pouco articulada com o Colegiado Territorial, tendo em vista que ganhou uma dimensão Estadual.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO

2.1. Localização

O Território do Litoral Norte e Agreste Baiano está localizado no Nordeste Baiano, estando situado numa região de características transitórias, que vai desde o litoral até o agreste baiano, possui extensão total 13.593,73 km², o que corresponde a aproximadamente 2,4% do tamanho do estado. É composto administrativamente pelos municípios de Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Rio Real e Sátiro Dias.

O Território Litoral Norte e Agreste Baiano confronta-se com outros 04 (quatro) territórios baianos, a saber: Território Metropolitano de Salvador; Território Portal do Sertão; Território do Sisal; e Território Semi - árido Nordeste II, além de fazer fronteira com o Estado de Sergipe, tendo como limite o Rio Real. (Figura 1)

2.2. Habitantes

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população do Território era de 554.987 habitantes, sendo 273.372 do sexo masculino e 281.615 do sexo feminino, ou seja, para cada 100 mulheres havia 97,1 homens. Em relação ao estrato de moradia, do total de habitantes do território, 61,8% residiam no meio urbano e 38,2%, no meio rural, perfazendo um grau de urbanização inferior à média do estado, que era de 72,1% em 2010. Segundo estimativas do IBGE, em 2016, a população total do Território era de 609.551 habitantes.

TABELA 3: SITUAÇÃO POPULACIONAL DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

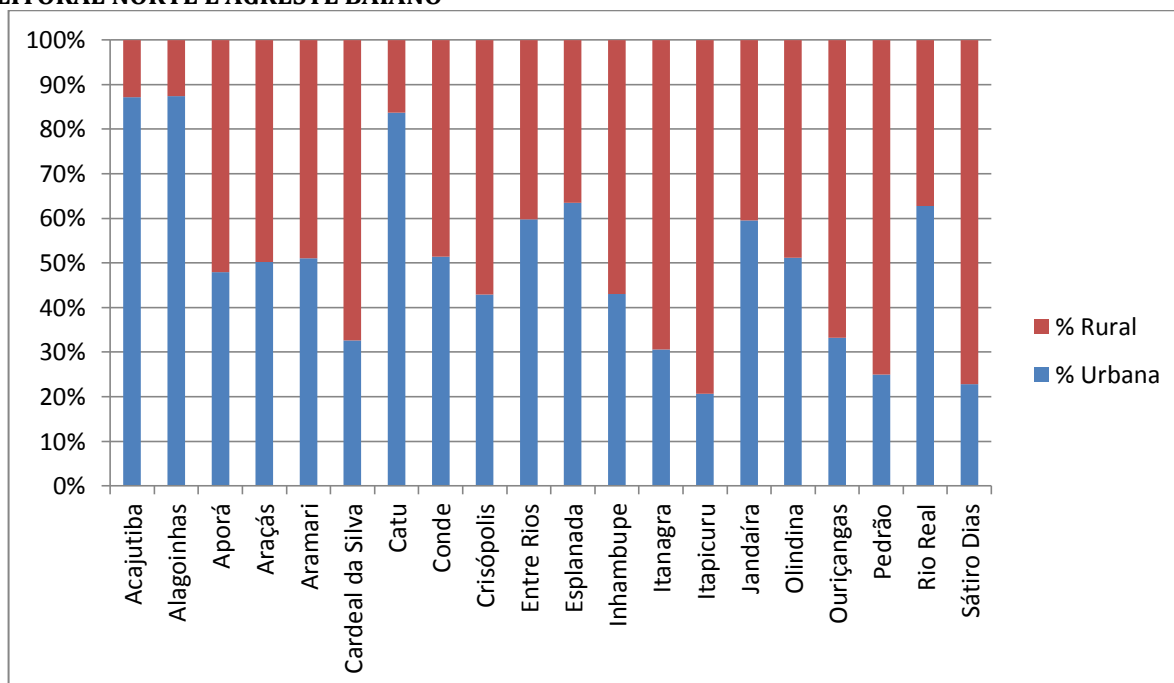
Município	População	Urbana	% Urbana	Rural	% Rural
Acajutiba	14.653	12.774	87,18	1.879	12,82
Alagoinhas	141.949	124.042	87,38	17.907	12,62
Aporá	17.731	8.505	47,97	9.226	52,03
Araçás	11.561	5.807	50,23	5.754	49,77
Aramari	10.036	5.125	51,07	4.911	48,93
Cardeal da Silva	8.899	2.901	32,60	5.998	67,40
Catu	51.077	42.755	83,71	8.322	16,29
Conde	23.620	12.129	51,35	11.491	48,65
Crisópolis	20.046	8.612	42,96	11.434	57,04
Entre Rios	39.872	23.840	59,79	16.032	40,21
Esplanada	32.802	20.822	63,48	11.980	36,52
Inhambupe	36.306	15.635	43,06	20.671	56,94
Itanagra	7.598	2.327	30,63	5.271	69,37
Itapicuru	32.261	6.675	20,69	25.586	79,31
Jandaíra	10.331	6.147	59,50	4.184	40,50
Olindina	24.943	12.773	51,21	12.170	48,79
Ouriçangas	8.298	2.762	33,29	5.536	66,71
Pedrão	6.876	1.716	24,96	5.160	75,04
Rio Real	37.164	23.310	62,72	13.854	37,28
Sátiro Dias	18.964	4.332	22,84	14.632	77,16
TOTAL	554.987	342.989	61,80	211.998	38,20

Fonte: Senso Demográfico, IBGE 2010

Comparando-se a variação populacional dos 20 municípios do território no período de 2000 a 2010, observa-se que houve um comportamento similar entre eles, visto que quase todos apresentaram incremento populacional, sendo as maiores proporções identificadas em Inhambupe (22,7%) e Esplanada (20,5%). Entretanto, um município apresentou decréscimo no número de habitantes: Pedrão, -1,5% (SEI, 2016).

Em números absolutos, o município com maior concentração populacional era Alagoinhas (141.949), ganhando 11.854 novos habitantes na década dos anos 2000 e permanecendo com a maior concentração populacional do território. Catu apresentava-se em seguida com 51.077 habitantes em 2010, sendo que, nesse mesmo ano, o município de Pedrão encontrava-se em posição contrária, com apenas 6.876 habitantes (SEI, 2016).

GRÁFICO 1: GRÁFICO REPRESENTATIVO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO



Fonte: Senso Demográfico, IBGE 2010

2.3. Educação

A educação é importante elemento desenvolvimentista. Assim, com a descentralização gerencial promovida pelas leis educacionais brasileiras nos últimos anos, os municípios têm sido obrigados a se responsabilizarem pelos destinos de seus sistemas de ensino, numa tentativa contínua de auto-organização para que os seus resultados melhorem. E isso, impulsionado pelas políticas da União que provocam vinculações financeiras e pedagógicas.

A situação educacional do Território vem apresentando uma melhora significativa nos últimos anos, refletida na redução da taxa de analfabetismo, no aumento do número de matrículas e no crescimento da taxa de escolaridade média da

população. No entanto, o quadro ainda é insatisfatório, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo.

Os resultados da educação são medidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, utilizado pelo Ministério da Educação para medir o desenvolvimento das aprendizagens essenciais a serem oferecidas pela escola. E vale a pena refletir, nesse caso, como escolas diferentes, com diversas formas de condução da aprendizagem, em contextos essencialmente distintos, podem ser mensurados pelas mesmas provas padronizadas.

O IDEB observado na 4ª Série / 5º Ano do Ensino Fundamental em 2015 para o TLNAB foi de 4,06. Tomando como a situação ideal a nota 10, observa-se um avanço em relação à média projetada para a Bahia, que era de 4,1, sendo que a média alcançada no Estado para 2015 que foi de 4,7, percebendo, assim um certo atraso do Território em relação a Bahia. Na 8ª Série/9º Ano em 2015, o índice territorial observado foi de 2,89 e o estadual é de 3,5. A projeção para a Bahia era de 4,0 em 2015, e é de 4,3 para 2017.

O dado mais recente a respeito do analfabetismo é de 2010, e na tabela 4 nota-se os índices de analfabetismo dos municípios, podendo fazer uma comparação com o índice do Estado, verificando que o Território, em relação a Bahia, possui uma alta taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais idade. Em comparação com anos anteriores verificou-se uma redução significativa na taxa de analfabetismo do Território, visto que no ano de 2000 a taxa era de 32,8% e em 2010 passou a ser de 24,0%, essa diminuição ocorrida foi maior que a do Estado, uma vez que a redução da Bahia foi de 6,6% e do Território 8,8%.

**TABELA 4: SITUAÇÃO POPUCIONAL DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRUPOS DE
IDADE, BAHIA - 2000/2010**

Código	Municípios / Estado / Território	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade por grupos de idade (%)							
		Total		15 anos a 24 anos		Grupos de idade			
						25 anos a 59 anos		60 anos ou mais	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
29	BAHIA	23,2	16,6	9,9	3,7	24,1	15,5	54,7	44,8
18	TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	32,8	24,0	15,1	5,7	35,2	24,4	66,0	57,3
2900306	Acajutiba	30,4	22,3	13,5	6,2	30,4	20,4	63,0	52,6
2900702	Alagoinhas	14,3	10,2	5,1	2,7	13,3	8,0	43,2	33,2
2901908	Aporá	38,2	27,8	18,3	5,2	40,0	28,4	67,7	57,2
2902054	Araçás	31,4	23,2	9,5	3,7	37,0	25,2	76,1	68,0

2902203	Aramari	32,0	19,6	15,5	5,3	33,1	17,4	68,4	54,8
2907004	Cardeal da Silva	31,9	23,0	13,1	5,1	37,6	25,4	66,3	58,1
2907509	Catu	15,2	11,1	3,6	1,9	15,0	8,8	53,5	41,3
2908606	Conde	36,1	24,1	22,1	7,2	37,0	26,2	65,9	51,8
2909604	Crisópolis	41,9	30,7	21,9	5,7	45,8	31,7	73,1	63,5
2910503	Entre Rios	27,6	18,1	11,0	4,0	30,7	18,3	66,0	50,8
2910602	Esplanada	30,2	21,6	13,0	5,0	33,5	22,4	61,6	54,2
2913705	Inhambupe	36,6	25,6	16,9	6,4	39,6	26,3	67,8	58,8
2915908	Itanagra	32,2	24,6	12,2	5,9	38,3	27,2	65,0	62,3
2916500	Itapicuru	47,2	38,5	28,8	13,3	50,6	42,3	75,9	71,1
2917904	Jandaíra	40,3	27,3	22,0	5,7	45,7	28,8	68,1	66,4
2923100	Olindina	34,1	29,1	19,1	9,0	35,4	29,9	63,6	59,1
2923308	Ouriçangas	35,5	26,9	12,0	4,2	36,7	27,1	73,4	65,3
2924108	Pedrao	29,1	21,9	7,6	4,3	27,5	17,3	66,1	57,6
2927002	Rio Real	31,3	24,4	16,9	5,6	32,8	25,6	63,0	56,7
2929701	Sátiro Dias	41,3	30,4	21,0	7,8	44,8	31,5	71,7	63,1

Fonte: IBGE, Censo Demográficos: 2000 e 2010. Elaboração: SEI/DIPEQ/COPEP. (Adaptado por: Deivison, 2017)

As políticas governamentais para educação do e no campo ainda são tímidas; não se tem uma educação cuja concepção prime pela valorização dos aspectos sócio-culturais do campo, particularizando seus aspectos pedagógicos e metodológicos e / ou seus recursos materiais (por ex., os livros didáticos são inadequados à realidade do campo). Além disso, os professores da área rural não recebem satisfatoriamente formação adequada para a realidade em que atuam o que provoca desânimo, insatisfação e desmotivação.

O Território possui em Inhambupe e em Rio Real Escolas Família Agrícola-EFA's pautadas na pedagogia da alternância, com cursos técnicos em agropecuária e em meio ambiente. O sistema foi implantado como uma alternativa de educação apropriada às necessidades sociais, culturais e econômicas da população para conter o êxodo e desenvolver o campo, superando as condições de pobreza, abandono e exclusão, através de uma formação conscientizadora dos alunos, suas famílias e comunidades. Vale ressaltar, que, embora sejam instituições sociais, as escolas aparecem na lista de Escolas Estaduais da Secretaria de Educação do Estado, estando incluídas entre as 58 unidades escolares estaduais estabelecidas no Território, como se observa na tabela 5.

TABELA 5: REDE ESCOLAR ESTADUAL DO TERRITORIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE ESCOLAS	NOME DA UNIDADE ESCOLAR
Acajutiba	2	COLEGIO DEMOCRATICO ESTADUAL PROFESSORA MARIA ESPERANCA LOPES ANDRADE
		COLEGIO ESTADUAL ANTONIO DA COSTA BRITO
Alagoinhas	17	ESCOLA DOS RODOVIARIOS

COLEGIO ESTADUAL BRAZILINO VIEGAS
 ESCOLA PROFESSOR JULIO LEAL ARAUJO
 CENTRO TERRITORIAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
 ESCOLA ESTADUAL OSCAR CORDEIRO
 COLEGIO POLIVALENTE DE ALAGOINHAS - TEMPO INTEGRAL
 COLEGIO ESTADUAL DOUTOR MAGALHAES NETO
 COLEGIO ESTADUAL MARIA JOSE BASTOS SILVA
 COLEGIO ESTADUAL DE ALAGOINHAS
 COLEGIO ESTADUAL SAO FRANCISCO
 ESCOLA ALIRIO AFONSO DE ASSIS
 COLEGIO DA POLICIA MILITAR - CPM PROFESSOR CARLOS ROSA
 COLEGIO ESTADUAL DEPUTADO LUIS EDUARDO MAGALHAES
 COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES
 COLEGIO ESTADUAL LUIZ NAVARRO DE BRITO
 COLEGIO ESTADUAL JOAO CARLOS MEIRELES PAULILO - DIST. RIACHO DA GUIA
 COLEGIO ESTADUAL LEONCIO PEREIRA DOS SANTOS - POV. ESTEVAO

Aporá	2	COLEGIO ESTADUAL DOUTOR JAIRO AZI - DIST DE ITAMIRA COLEGIO ESTADUAL PROFESSORA AUREA DOS HUMILDES OLIVEIRA
Araçás	1	COLEGIO ESTADUAL DE ARACAS
Aramari	2	ESCOLA DE 1º GRAU ANSELMO DA SILVA SANTOS COLEGIO ESTADUAL PROFESSORA MARIA DO CARMO SANTANA
Cardeal da Silva	1	COLEGIO ESTADUAL DOUTOR JOSE ANTONIO DE ARAUJO PIMENTA
Catu	5	COLEGIO ESTADUAL ANTONIO DE DEUS SEIXAS - TEMPO INTEGRAL CENTRO EST. DE EDUCACAO PROF EM CONTR E GESTAO DO NORDESTE BAIANO PEDRO RIBEIRO PESSOA COLEGIO ESTADUAL DOUTOR ANTONIO CARLOS MAGALHAES - DIST. SITIO DO MEIO COLEGIO ESTADUAL MARIA ISABEL DE MELO GOES COLEGIO ESTADUAL DOUTOR LUIZ VIANA FILHO - DIST. DE PAU LAVRADO
Conde	2	CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO DO CONDE COLEGIO ESTADUAL CELSO MENDES DE LIMA - TEMPO INTEGRAL
Crisópolis	1	COLEGIO ESTADUAL PRESIDENTE MEDICI
Entre Rios	4	COLEGIO ESTADUAL ERALDO TINOCO COLEGIO DOMINGOS LEAO VELOSO COLEGIO ESTADUAL DUQUE DE CAXIAS COLEGIO ESTADUAL PORTO DE SAUIPE - DISTRITO DE PORTO DE SAUIPE
Esplanada	1	COLEGIO ESTADUAL CELINA SARAIVA
Inhambupe	5	ESCOLA ESTADUAL JOHN KENNEDY COLEGIO ESTADUAL DOUTOR MARIO COSTA FILHO COLEGIO ESTADUAL PROFESSORA SIMONE SIMOES NERI COLEGIO ESTADUAL DE INHAMBUPE - DIST. DE BAIXA GRANDE ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DA REGIAO DE ALAGOINHAS
Itanagra	1	COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR CARLOS SANTANA
Itapicuru	2	COLEGIO ESTADUAL ANTONIO CARLOS MAGALHAES COLEGIO ESTADUAL PROFESSORA MARIA FREIRE ANUNCIACAO SILVA - DIST. DE LAGOA REDONDA
Jandaíra	1	COLEGIO ESTADUAL DR LUIS VIANA FILHO
Olindina	2	COLEGIO ESTADUAL MINISTRO OLIVEIRA BRITO

Ouriçangas	1	COLEGIO ESTADUAL ELIEL MARTINS
Pedrao	1	COLEGIO ESTADUAL JOAO BENEVIDES NOGUEIRA
Rio Real	6	ESCOLA ESTADUAL TIRADENTES COLEGIO ESTADUAL MARQUES DE ABRANTES COLEGIO ESTADUAL DOUTOR JOSE CARVALHO BAPTISTA ESCOLA ESTADUAL JOSE PONCIANO DO NASCIMENTO COLEGIO ESTADUAL GENIVALDO FONSECA COSTA - TEMPO INTEGRAL ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DO LITORAL NORTE
Sátiro Dias	1	COLEGIO DEMOCRATICO ESTADUAL PROFESSOR EDGARD SANTOS

Fonte: Secretaria da Educação, 2017.

Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/escolas>

Destaca-se a presença de duas unidades escolares com formação técnica, o CETEP, localizado no Município de Alagoinhas, e o Centro de Educação Profissional, localizado em Catu.

Na esfera Federal, o Território conta com a presença do IFBAIANO Campus Catu, antiga escola agrícola, atualmente conta com o curso de agropecuária e com outros cursos de formação técnica voltadas para as técnicas agrícolas, assim como cursos de nível superior. Há também o IFBAIANO Campus Alagoinhas, em fase de construção, com previsão de inauguração em 2017.

Quando se trata da Educação Superior, nota-se a escassez de investimentos públicos no sistema de Educação do Território, visto que conta com a presença de uma única instituição de ensino superior pública no Território, a Universidade do Estado da Bahia.

Além da UNEB, como instituição de ensino superior, o Território com o IFBAIANO Campus Catu que oferece alguns cursos de nível superior. Existem ainda, Faculdades particulares, quase todas concentradas no Município de Alagoinhas. O Território conta também com alguns Polos da Universidade Aberta do Brasil-UAB, a exemplo do Pólo de Itapicuru.

2.4. Saúde

Como base para análise da situação da Saúde no Território, foram utilizados dados sobre morbi-mortalidade, natalidade, capacidade instalada das redes municipais de saúde e cobertura de alguns serviços de saúde. É importante destacar que a geração dos dados sobre saúde ainda não pode ser considerada como inteiramente confiável no

Território em virtude de problemas que vão desde a coleta dos dados até o seu processamento final e divulgação.

O principal fator limitante da análise de mortalidade é a qualidade das estatísticas de óbito, ou o sub-registro. Sendo que a mortalidade infantil é o fator que mais interfere nesse perfil, a qual pode ser modificada com a garantia de maior acesso aos serviços públicos básicos, tais como saúde, educação e saneamento básico.

Quanto às causas de mortalidade, podem-se observar na tabela 6, que as principais no ano de 2009 foram às doenças do aparelho circulatório (894 óbitos), causas externas de morbidade e sintomas (525 óbitos) e sinais e achados anormais: clínicos e laboratoriais, mortalidade das neoplasias e algumas doenças infecciosas e parasitárias (457 óbitos). Este padrão de causas de mortalidade é semelhante ao registrado no Brasil e Bahia, caracterizado pelo crescimento de doenças crônico degenerativas (doenças cardíacas e neoplasias) e causas externas (mortes violentas a acidentes de trânsito), mas conservando padrões acima dos registrados em países desenvolvidos para mortes relacionadas com doenças infecto-contagiosas.

TABELA 6: ÓBITOS POR GRUPO DE CAUSAS NO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO – 2006 – 2009

GRUPO DE CAUSA	2006	2007	2008	2009
Algumas afecções originadas no período perinatal	149	121	99	99
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	147	139	145	153
Causas externas de morbidade e mortalidade	338	375	433	525
Doenças do aparelho circulatório	749	807	756	894
Doenças do aparelho digestivo	145	149	178	202
Doenças do aparelho geniturinário	44	41	43	41
Doenças do aparelho respiratório	212	251	246	234
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	237	233	255	285
Doenças sangue órgãos hemat e transtornos imunitárias	25	43	35	22
Gravidez parto e puerpério	8	9	8	8
Malfigurações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	32	29	45	30
Neoplasias (tumores)	321	358	329	400
Sintomas, sinais e achados anormais exames clínicos e laboratoriais	509	442	420	457
Transtornos mentais e comportamentais	21	35	30	42

Fonte: SESAB / DIS

Entretanto, verifica-se um elevado índice de óbitos classificados como “Causas externas de morbidade e mortalidade”. Esse fator está intimamente relacionado a taxas de violências, como homicídios e acidentes de trânsito.

A taxa de mortalidade infantil, que se refere ao número de óbitos de crianças menores de um ano em cada 1.000 nascidas, tem sido empregada como um indicador na implementação de política de saúde públicas, dado que se trata de um indicador representativo das condições gerais de vida e saúde prevalentes em determinado Território.

No Território foram contabilizados, em 2010, 32 estabelecimentos de saúde segundo internação e existência de serviços de diagnose e terapia, sendo classificados da seguinte forma: 1 hospital com a gestão estadual apenas em Alagoinhas; 14 estabelecimentos com gestão municipal, englobando hospitais de pequena complexidade e postos de saúde; e 17 estabelecimentos particulares, entre hospitais e clínicas, sendo Alagoinhas e Catu os municípios que apresentam o maior número de estabelecimentos.

Dados da SESAB/DATASUS (2016) indicaram que em 2015, o Território contava com 634 leitos hospitalares do SUS, numa proporção de 1,045 leitos para cada mil habitantes.

2.5. Segurança Pública

O Território está inserido na Região Integrada de Segurança Pública do Leste – RISP Leste, que possui o comando em 99 municípios. A RISP-Leste é subdividida em 09 (nove) Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP. No Território existem duas AISP, sendo elas a AISP 29 – Alagoinhas, que compreende os municípios de Alagoinhas, Aramari, Araçás, Catu, Inhambupe, Itanagra, Ouriçangas, Pedrão, Sátiro Dias, além de Irará e Água Fria de outro Território, e, a AISP 48 – Rio Real composto pelos municípios de Rio Real, Acajutiba, Aporá, Cardeal da Silva, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra, Itapicuru e Olindina.

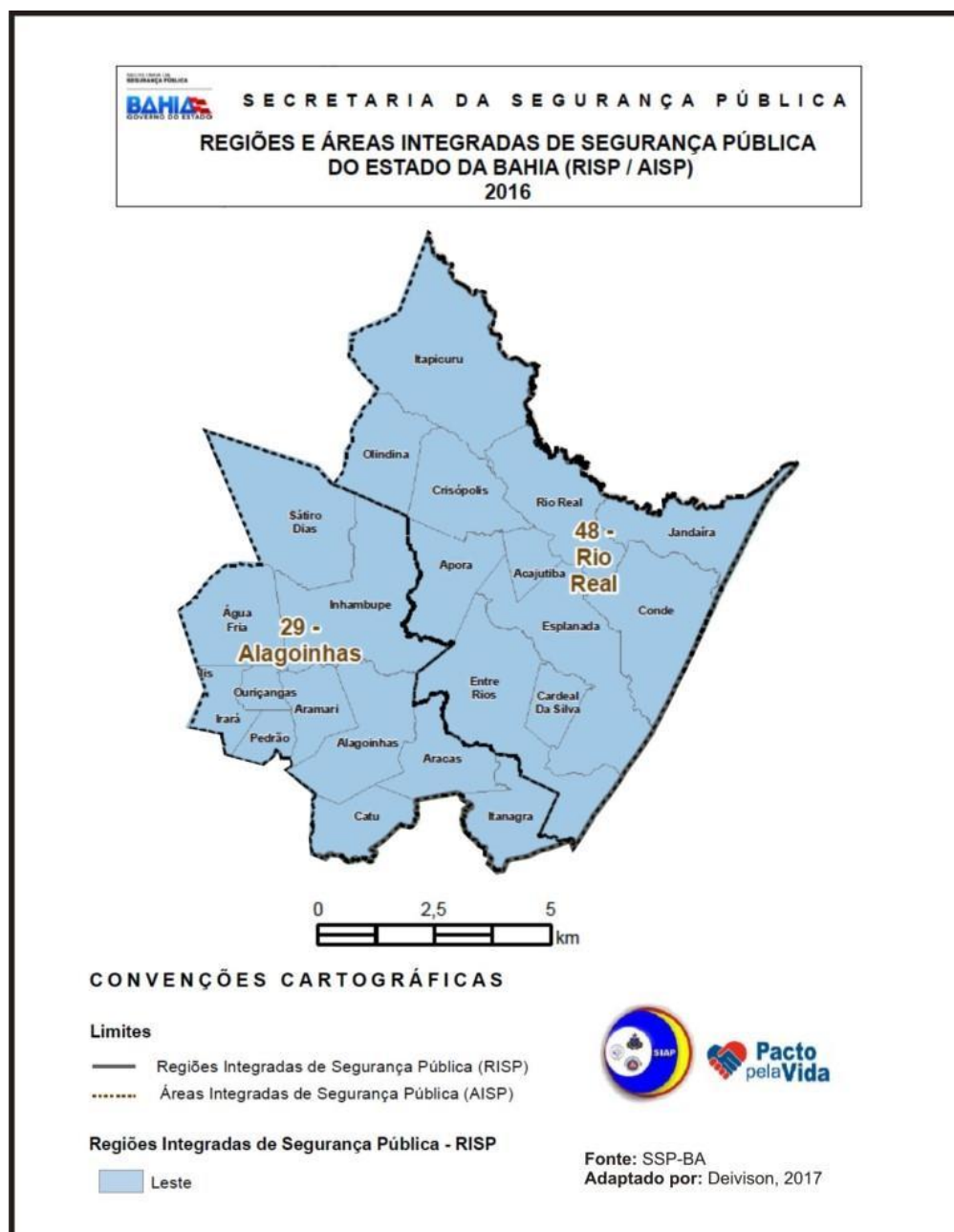


FIGURA 2: RECORTE DO MAPA DE ATENDIMENTO PELO RISP-LESTE NO TERRITÓRIO.

A AISP' 29 atendida pelo 4º Batalhão de Polícia Militar (Alagoinhas), contando com um efetivo de 313 (trezentos e dezenove) Policiais Militares, distribuídos em 09 (nove) cidades (Alagoinhas, Araçás, Aramari, Inhambupe, Itanagra, e Sátiro Dias) comandos e 95ª Companhia Independente de Polícia Militar/Catu com 68 (sessenta e oito) Policiais Militares e 97ª Companhia Independente de Polícia Militar/Irará, responsável pelas cidades de Ouriçangas e Pedrão, com 16 (dezesesseis) Policiais Militares, totalizando 387 (trezentos e oitenta e sete) Policiais Militares na AISP.

A AISP' 48 atendida pela 6ª Companhia Independente de Polícia Militar/Rio Real, contando com um efetivo de 86 (oitenta e seis) Policiais Militares, distribuídos em 07 (sete) cidades de Acajutiba, Aporá, Crisópolis, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Rio Real; 51ª Companhia Independente de Polícia Militar/Conde com 55 (cinquenta e cinco) Policiais Militares no município de Conde; 56ª Companhia Independente de Polícia Militar/Entre Rios, com um efetivo de 114 (cento e quatorze) Policiais Militares correspondendo aos municípios de Cardeal da Silva, Entre Rios e Esplanada, totalizando 255 (duzentos e cinquenta e cinco) Policiais militares na AISP.

Na tabela 7 pode se observar as Unidades da Polícia Militar que servem aos Municípios do Território Litoral Norte e Agreste Baiano.

TABELA 7: UNIDADES DA POLICIA MILITAR QUE ATENDEM AOS MUNICÍPIOS DO TLNAB

MUNICÍPIOS	UNIDADES POLICIAIS - PM
Acajutiba	4º Pelotão de Polícia Comunitária - CPR Leste
Alagoinhas	1º Companhia de Polícia Militar do 4º BPM - CPR LESTE
	2ª Companhia de Polícia Militar do 4º BPM - CPR LESTE
	4º Batalhão de Polícia Militar
Aporá	2º Pelotão da 6ª Companhia Independente de Polícia Militar - CPR LESTE
Araças	32ª CIPM - 3º Pelotão - CPRMS
Aramari	3º Pelotão da 5ª CIA - CPR LESTE
Cardeal da Silva	2º Pelotão da 56ª CIPM - CPR Leste
Catu	3ª Companhia de Polícia Militar do 4º BPM - CPR Leste
Conde	51ª Companhia Independente de Polícia Militar - CPR Leste
	Posto 1. 3/ 3 do 3º Pelotão do Batalhão Polícia Rodoviária
	4º Pelotão da 51ª CIPM - CPR Leste
	2º Pelotão da 51ª CIPM - CPR Leste
Crisópolis	5º Pelotão de Polícia Comunitária - CPR Leste
Entre Rios	56ª Companhia Independente de Polícia Militar - CPR Leste
Esplanada	3º Pelotão da 56ª CIPM - CPR Leste
	5º Pelotão (Guarda do Presídio) da 56ª CIPM - CPR Leste
Inhambupe	4º CIA PM do 4º Batalhão de Policia Militar - CPR Leste
Itanagra	32ª CIPM - 4º Pelotão - CPRMS
Itapicuru	Destacamento Policial Militar da 21ª Companhia Independente de Polícia Militar - CPR Leste
Jandaíra	3º Pelotão da 6ª Companhia Independente de Polícia Militar
Olindina	Destacamento Policial Militar da 21ª Companhia Independente de Polícia Militar - CPR Leste
Ouriçangas	4º Pelotão da 5ª CIA-PM do 4º BPM - CPR Leste
Pedraão	5º Pelotão da 5ª CIA-PM do 4º BPM - CPR Leste

Rio Real	6º Pelotão de Operações Especiais da 6ª Companhia Independente de Polícia Militar - CPR Leste 1º Pelotão de Polícia Comunitária da 6ª CIPM - CPR Leste 6ª Companhia Independente da Polícia Militar - CPR Leste
Sátiro Dias	2º Pelotão da 4ª Companhia do 4º Batalhão de Polícia Militar - CPR Leste

Fonte: PMBA, 2017.

Disponível em: http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=950

Dentre as Delegacias especializadas da Polícia Civil presentes no Território, destacam-se: Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher – DEAM, Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos – DRFR, ambas em Alagoinhas.

Quanto aos índices de violência recorrentes no Território, destacam-se: crimes decorrentes de uso de armas de fogo, tráfico de drogas e latrocínios. Dentre os municípios do Território, Alagoinhas é a cidade onde ocorreram, em média, entre 2012 e 2014, 89 homicídios, se colocando em 53º lugar da Cidade mais violenta do País, seguida de Entre Rios em 70º posição, que no mesmo período teve em média 23 homicídios. Segundo informações disponibilizadas pelo SEL, ocorreram no Território, em 2015, 272 homicídios, tendo uma taxa de 44,8% de homicídios dolosos para cada mil habitantes.

2.6. Produto Interno Bruto - PIB *Per Capta*

TABELA 8: DEMONSTRATIVO DOS ÍNDICES ECONÔMICOS DO TLNAB

Municípios	População 2010	Estimada 2016	Área (Km ²)	Densidade (hab/km ²)	IDH 2000	IDH 2010	PIB 2014 (R\$)
Acajutiba	14.653	15.764	180,15	81,34	0,422	0,582	7.292,29
Alagoinhas	141.949	155.362	718,09	188,67	0,550	0,683	17.956,70
Aporá	17.731	19.223	561,83	31,56	0,398	0,548	5.279,74
Araçás	11.561	12.495	487,12	23,73	0,363	0,570	28.905,20
Aramari	10.036	11.385	363,94	30,44	0,454	0,588	6.212,45
Cardeal da Silva	8.899	9.809	256,91	34,64	0,382	0,552	9.937,59
Catu	51.077	56.037	416,22	122,72	0,536	0,677	11.770,43
Conde	23.620	26.412	964,64	24,49	0,398	0,560	6.887,55
Crisópolis	20.046	21.700	607,66	32,99	0,366	0,543	6.141,77
Entre Rios	39.872	43.172	1.215,30	32,81	0,451	0,615	13.287,09
Esplanada	32.802	37.085	1.297,98	25,27	0,435	0,589	19.702,84
Inhambupe	36.306	40.908	1.222,58	29,70	0,381	0,565	8.388,33
Itanagra	7.598	8.038	490,53	15,49	0,399	0,584	7.382,08
Itapicuru	32.261	36.320	1585,59	20,35	0,311	0,486	9.121,45
Jandaíra	10.331	11.092	641,21	16,11	0,375	0,550	15.465,23
Olindina	24.943	26.907	542,18	46,00	0,423	0,559	5.772,12
Ouriçangas	8.298	8.895	155,09	53,51	0,391	0,607	5.288,64
Pedraão	6.876	7.486	159,80	43,03	0,419	0,588	4.686,82

Rio Real	37.164	41.085	716,89	51,84	0,412	0,572	16.061,30
Sátiro Dias	18.964	20.376	1.010,05	18,78	0,330	0,527	5.158,09
TOTAL	554.987	609.551	13.593,73	40,83	0,410	0,577	R\$ 10.534,89

Fonte: IBGE, 2016

2.7. Índice de Gini

O coeficiente de Gini (ou índice de Gini) é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano *Corrado Gini*, em 1912. Apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde a uma completa igualdade na renda (onde todos detêm a mesma renda per capita) e um que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm).

O Território Litoral Norte e Agreste Baiano registra índice de concentração de renda- Gini inferior à média da Bahia. No estado, o índice alcança 0,631, contra 0,601 no território. Quanto mais elevado o Gini, maior a concentração de riqueza. O território, inclusive, registra avanços em relação à melhor distribuição da riqueza, já que em 2000 esse índice era de 0,609.

2.8. Benefícios Sociais - Bolsa Família

Segundo informação disponibilizadas pelo SEI, o Território tem um percentual de 53,4% da população que acessam o Programa assistencial do Bolsa Família.

2.9. Estrutura Fundiária

Considera-se o Território Litoral Norte e Agreste Baiano-TLNAB o espaço a partir da foz do rio Real até a foz do rio Sauípe. Área caracterizada pela extensa presença de coqueirais, dunas, rios, manguezais, lagoas de água doce e por manchas de Mata Atlântica. Tem, atualmente, como seu ponto de referência a Linha Verde, rodovia que liga Mangue Seco, no extremo norte, à Porto de Sauípe, seu extremo sul.

A situação geográfica do Território é privilegiada, uma vez que se localiza na costa norte da Bahia, tendo, a leste - o Oceano Atlântico como limite; e mantendo fronteiras; ao norte - com o estado de Sergipe e parte do Território Semi-Árido Nordeste

II; ao sul - com o Território Metropolitano de Salvador; e a oeste - com os Territórios de Identidade Recôncavo, Portal do Sertão e Sisal.

Está quase que totalmente integrado ao sistema natural do Bioma da Mata Atlântica e um pequeno trecho a noroeste da Zona de Transição Ambiental com o agreste baiano.

A ocupação primitiva do Território esteve relacionada à colonização portuguesa no litoral brasileiro, através da cultura canavieira que se disseminou ao longo da costa, consolidando os principais núcleos urbanos nos vales dos seus rios, concomitante com a pecuária extensiva e a produção agrícola de subsistência.

Pode-se considerar que a ocupação do Agreste Baiano começou a se definir com a expansão da pecuária a partir da Casa da Torre de Garcia D' Ávila, ainda nos séculos XVI e XVII, a partir dos caminhos existentes entre o Recôncavo (grande centro produtor de açúcar da Colônia) e regiões mais longínquas. Consolidou-se com as estradas das boiadas, as feiras e os pontos de parada do gado. Além da complementaridade do Território com o Recôncavo a partir do fornecimento de lenha e animais de tração (Litoral Norte) para os engenhos de açúcar (Recôncavo),

O processo histórico de ocupação do Território não se deu de forma contínua, sendo importante ressaltar que o território contou com três sub-regiões: Recôncavo Norte, Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas, primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente, em termos de antiguidade de ocupação.

A ocupação histórica da sub-região Recôncavo Norte que reunia os municípios de Catu, Itanagra, Mata de São João e Pojuca, esteve atrelada à produção de açúcar, mantendo, no período colonial papel complementar à produção açucareira no cenário nacional. As terras desta parte da região eram consideradas menos propícias ao cultivo da cana-de-açúcar, sendo usadas apenas nos períodos de alta internacional dos preços do produto, quando a plantação se expandia para áreas periféricas ao Recôncavo baiano, atingindo os municípios citados. Na baixa estação, nestas terras desenvolvia-se a pecuária extensiva.

Agrupando os municípios de Entre Rios, Esplanada, Cardeal da Silva, Conde e Jandaíra, a sub-região Litoral Norte não possuía solo que favorecesse a plantação de lavouras (açúcar, café); nessas áreas eram cultivadas, apenas, mandioca e coco. Por esse motivo é que a sub-região destacou-se pela pecuária extensiva, tendo sido fornecedora de carnes e animais de tração para canaviais e engenhos.

E, por fim, a sub-região Agreste de Alagoinhas constituída por Aramari, Acajutiba, Aporá, Alagoinhas, Ouriçangas, Inhambupe, Sátiro Dias e Rio Real, além de quatro municípios que não pertencem à região econômica Litoral Norte. De ocupação mais recente do que as outras sub-regiões, o Agreste de Alagoinhas contava com estrutura produtiva diversificada, estrutura fundiária menos concentrada e com terras de melhor qualidade, nas quais se misturavam atividades de pecuária e pequena produção.

2.10. Agricultores Familiares e Patronal

As informações pesquisadas apontam para um total de 31.793 propriedades rurais que ocupam uma área de 793.734 ha no conjunto dos 22 municípios que compõem o Território (IBGE, Censo Agropecuário, 2006).

O Território Litoral Norte e Agreste Baiano tem 33,8 mil estabelecimentos agropecuários com Agricultura Familiar, segundo levantamento do Censo Agropecuário 2006 do IBGE. A maior quantidade localiza-se em Crisópolis (5,6 mil), seguido de Itapicuru (3,5 mil) e Rio Real (3,4 mil). Os municípios com menor número de estabelecimentos com Agricultura Familiar no território são Cardeal da Silva (81) e Itanagra (115).

Em relação à distribuição da propriedade entre os agricultores familiares, a maior quantidade está entre aqueles que são titulares da terra que cultivam (31.026). Há o registro de outras situações, como a parceria (508), o arrendamento (155) e também as ocupações (1.656). As propriedades ocupadas representam 4,8% do total de estabelecimento da Agricultura Familiar no Litoral Norte e Agreste Baiano.

Na estrutura agrária do Território denota graves anomalias existentes. Algumas das conclusões podem ser tiradas ao avaliar as seguintes questões:

- a) Mais de 11 mil imóveis rurais não apresentam condições de darem sustento aos seus ocupantes – que provavelmente vivem na pobreza - porque são áreas minúsculas, no estrato de 0 a menos de 2 ha. Isso representa cerca de 36 % de todas as propriedades levantadas.
- b) Cerca de 7.500 imóveis rurais estão no estrato de 2 a 5 ha, oferecendo uma condição de sobrevivência aos seus ocupantes ainda muito precária, uma vez que, sendo áreas de tamanho diminuto, usadas no tradicional sistema de plantio de sequeiro e com o agravante da baixa fertilidade natural que predomina na

maioria das terras da região, não há de se esperar um rendimento financeiro suficiente para manutenção das famílias.

- c) Há uma brutal desigualdade na distribuição de terras, quando se observa que, enquanto 60% das propriedades têm menos de 5 ha e ocupam apenas 4,4% da superfície territorial, no lado oposto há 116 grandes latifúndios que ocupam em torno de 320 mil ha, 40% da área total.

2.11. Aspectos produtivos, beneficiamento e comerciais.

O Território Litoral Norte e Agreste Baiano tem grande potencial econômico nas diversas cadeias produtivas, das quais a mandiocultura, apicultura, bovinocultura, piscicultura, coco-da-baía e laranja, embora outras cadeias tenham sua importância principalmente no que tange a produção dos agricultores familiares e assentados de reforma agrária, tais como: a produção de mandioca, citricultura (laranja e maracujá), a apicultura, o gado de leite, a fruticultura (com destaque para a cajucultura), a avicultura caipira. A agricultura de subsistência (milho, feijão) quase sempre está associada a outras atividades.

O setor mais representativo na exploração agropecuária do Território são as lavouras permanentes, com destaque para a cultura do coco-da-baía e da citricultura. Os municípios de Conde, Esplanada, Acajutiba e Jandaíra, detêm quase metade da área de produção de coco do Estado. No tocante à citricultura, a sua distribuição é mais abrangente no Território, tendo os seguintes municípios como os maiores produtores: Rio Real, Itapicuru, Inhambupe, Jandaíra e Alagoinhas.

A pesca marítima se constitui numa importante atividade econômica nos municípios litorâneos, como Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, onde há também expressiva presença de marisqueiras que fazem da pesca artesanal uma das suas principais atividades de subsistência e importante complemento da renda familiar.

O extrativismo vegetal ocorre principalmente com a mangaba e com a castanha de caju. No que concerne ao artesanato registra-se a produção de cerâmica, tecelagem de renda, artesanato a partir de crustáceos, artesanato de palha e de fibras naturais, etc.

No processo de comercialização da produção predomina a forma tradicional, ou seja, o produtor rural depende quase que exclusivamente dos intermediários para escoar a produção até os mercados consumidores.

Em se tratando de agroindústria, é incipiente o processo de verticalização da produção pela agricultura familiar, sendo mais comum a produção de farinha de mandioca e beijus em casas de farinha domésticas e rústicas e de uso coletivo, embora existam algumas mecanizadas. O produtor de mandioca deixa de agregar mais valor ao seu produto por não existir, no Território, a tradição de se produzir a fécula, sendo que a maioria das beijuzeiras utiliza fécula oriunda do estado de Paraná.

Um aspecto problemático no processo de beneficiamento da mandioca diz respeito às precárias condições sanitárias durante a produção. A ausência de modernas instalações de infraestrutura compromete as condições de higiene e, em consequência, a qualidade da farinha comercializada.

A citricultura começa a vislumbrar melhores dias com a futura instalação de uma indústria de suco de laranja concentrado no município de Rio Real, empreendimento, fruto de uma demanda da Câmara Setorial da Citricultura do Litoral Norte - CCLNORTE, que contou com o apoio da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado - SEAGRI. Apesar da expressiva importância do TLNAB no cenário estadual no que tange à cultura de coco-da-baía, esta região carece de um programa governamental de incentivo à industrialização da água e da produção de leite, assim como da fibra, tão valiosa para a indústria automotiva e como substrato agrícola.

2.12. As Agroindústrias da Agricultura Familiar

No que tange as agroindústrias da Agricultura Familiar do Território não se encontram boa situação, tomando como base o diagnóstico feito pela SDR/CAR, conforme tabela abaixo, onde relata a situação das agroindústrias que tiveram investimento do Governo do Estado.

TABELA 9: RELAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO TERRITÓRIO

MUNICÍPIO	PROPONENTE	AGROINDÚSTRIA	SITUAÇÃO ATUAL
Acajutiba	ASS. PEQ. PROD. BEDO FERREIRA	Casa de farinha	Funciona abaixo da capacidade
	ASS. COM. ASSIST. CANATUBIA	Casa de farinha	Funciona abaixo da capacidade
	ASS. PROD. COCO VERDE AGROP. ACAJUTIBA	Casa de farinha	Funciona abaixo da capacidade
	ASS. PEQ. PROD. BEDO FERREIRA	Casa de farinha	Funciona abaixo da capacidade
	ASS. AGRIC. UNIDOS BOA VISTA AAUBV	Casa de farinha	Funciona abaixo da capacidade
Alagoinhas	ASS. COM. PROD. RURAIS DOS BORGES	Casa de farinha	Abandonada
	ASS. COM. PROD. RURAIS DO PONTO DO BEIJU	Casa de farinha	Nunca funcionou
	ASS. APICUL. MELIP. REG. NORTE ALAGOINHAS	Casa do mel	Funcionando
Aporá	ASS. DES. RURAIS COM. MARCELINA	Casa de farinha	Falta finalizar construção
	ASS. PROD. RURAIS POV. TIJUCO	Casa de farinha	Falta concluir
Araçás	ASS. AGRIC. FAM. TRAB. RURAIS ASSENT. DOZE	Casa de farinha	Funcionando
Cardeal da Silva	COOP. PROD. AGRICUL. FAM. LITORAL NORTE COOPAFAL	Unid. Simp. de benef. de frutas	Finalizando construção
Conde	ASS. COM. PEQ. PROD. RURAIS CANGURITO	Casa de farinha	Funciona abaixo da capacidade
Crisópolis	ASS. COM. DIVINA SANTA CRUZ	Casa de Farinha	Abandonada
	ASS. COMUNITÁRIA DO COVAO	Casa de Farinha	Abandonada
	ASS. COM. SENHOR DO BONFIM DO BREJINHO	Casa de Farinha	Abandonada
	ASSOCIACAO COMUNITARIA SENHORA SANTANA	Casa de Farinha	Abandonada
	ASS. ACAO SOCIAL CRISOPOLIS	Casa de farinha	Nunca funcionou (equipamentos e construção civil)
Entre Rios	ASSOCIACAO DE APICULTORES DE ENTRE RIOS - APIRIOS	Casa do mel	Funciona abaixo da capacidade
Inhambupe	ASS. COM. PROD. RURAIS REG. FLEXAS	Casa de farinha	Funciona
	ASS. LAV. RURAIS ENCANTADO	Casa de Farinha	Nunca funcionou (equipamentos e construção civil), obra não finalizada
	COOP. APICULT. INHAMBUPE COOAPI	Casa do mel	Construindo
	COOP. AGROPEC. MISTA REG. ALAGOINHAS LTDA	Unidade Polivalente de benef. de frutas	Finalizando construção
Itapicuru	ASS. PEQ. AGRIC. REG. MARIA MATOS	Casa de farinha	Funciona abaixo da capacidade
	ASS. COM. POV. CATU GRANDE	Casa de farinha	Funciona abaixo da capacidade
	ASS. DES. COM. BOA VISTA	Casa de farinha	Funciona abaixo da capacidade
	ASS. COM. REG. VILA VELHA	Casa de farinha	Funcionando
	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO	Casa de farinha	Funciona abaixo da capacidade
	ASS. COM. POV. CAPOEIRA	Casa do Mel	Não funciona
	ASS. DES. COM. RURAIS SAMBAIBA	Casa de farinha	Funciona abaixo da capacidade
Jandaíra	ASS. SOC. RURAL ABADIA	Casa de farinha	Funciona de forma particular
Olindina	ASS. DES. COM. POV. UMBUZEIRO	Casa de farinha	Funciona de forma ociosa
	ASS. DES. COM. POV. UMBUZEIRO	Fábrica de ração	Existe apenas construção civil
	ASS. DES. COM. POV. NOVA MINACAO	Casa de farinha	Abandonada
	ASS. COMU. CONTENDAS	Casa de farinha	Não funciona
	ASS. COM. SITIO E UMBURANINHA	Casa de farinha	Não funciona
Ouriçangas	ASS. PROD. RURAIS SITIO NOVO	Casa de farinha	Existe apenas construção civil, funciona de forma particular
	ASS. PROD. COQUEIRO	Casa de farinha	Funciona abaixo da capacidade
	ASS. PROD. RURAIS PICADA	Casa de farinha	Funciona
Pedraão	COOP. AGROPEC. PEDRAO - COAPED	Benef. do leite	Funciona abaixo da capacidade
Rio Real	ASSOCIACAO DE DESEN. COMUNITARIO	Casa de farinha	Em pleno funcionamento
Sátiro Dias	ASS. PEQ. AGRIC. COMU. CANDEAL	Casa de farinha	Funciona abaixo da capacidade

Fonte: SDR/CAR

Como se observa na tabela 9 nota-se que mais de 90% das agroindústrias são casas de farinha e mais de 50% delas não estão funcionando ou estão abandonadas, e as que estão funcionando, desenvolvem suas atividades abaixo da capacidade instalada. Diante desse quadro, conclui-se que é de suma importância a retomada desses empreendimentos para que esses investimentos possam gerar renda e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

3. DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO - LIMITES E POTENCIALIDADES

Será apresentado a seguir as limites e potencialidades sistematizadas e verificadas nas dimensões socioeconômicas, sociocultural educacional, ambiental e político institucional no Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano².

3.1. Dimensão Socioeconômica

Essa dimensão procurou-se demonstrar a organização social e econômica do território segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioprodutiva, considerando os temas transversais: mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.

TABELA 10: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA.

LIMITES	POTENCIALIDADES
<i>Comercialização, Beneficiamento e Geração de Trabalho, Emprego e Renda.</i>	
Prática extrativista de lenha e madeira causando desmatamento.	Produção de carvão com as devidas licenças
Prática extrativista de lenha e madeira causando desmatamento.	Silvicultura com integração pecuária e lavoura
A silvicultura tem baixa empregabilidade em relação a área plantada.	Exploração de petróleo
Irregularidade na produção agropecuária devido ao acesso as tecnologias, principalmente de convivências com o semiárido.	Turismo e lazer - pousadas e restaurantes distribuídos nos municípios com maior potencial turístico.
Ausência de um sistema de beneficiamento e de escoamento da produção da pesca e do marisco	Atividade de Pesca
O agricultor familiar depende quase que exclusivamente dos intermediários para escoar a produção até os mercados consumidores	Fácil escoamento da produção agrícola e industrial para os principais mercados consumidores do país
Ausência de modernas instalações de infraestrutura e precárias condições sanitárias de beneficiamento da mandioca.	Existência de cooperativas territoriais (COOPEALNOR, COOPERA, COOAPI, COAPED, COOPERO, COOPAMA, COOAFAVA, COOPROI, COOPAFAL e COOPERATIVAS DE TRANSPORTES)
Unidade de beneficiamento de castanha de caju, em Olindina, a qual encontra-se fechada.	Mercado europeu através do sistema <i>Suco Justo</i> – comércio solidário (Comércio Justo Solidário de Suco

² A listagem de desafios e potencialidades apresentados a seguir formam elaboradas por membros do Colegiado Territorial em parceria com equipe do NEDET da UFRB. As fontes utilizadas foram o Plano Plurianual Participativo, PTDRS, Conferências Territoriais, ZEE..., e também as plenárias do colegiado territorial, após a sistematização as referidas planilhas foram apreciados e aprovadas pela plenária.

	de Laranja).
Inexistência de capacitação para beneficiamento de caju	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, empresa vinculada ao Ministério da Agricultura.
Necessidade de centrais de abastecimento para comercialização dos produtos.	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
	Existência de agroindústrias de beneficiamento de água de coco e de leite.
	Em Alagoinhas, presença de empresas de diversas áreas - Curtimento e outras preparações de couro, fabricação de laticínios, desdobramento de madeira, torrefação e moagem de café, abate de suínos, aves e outros pequenos animais, fabricação de artefatos de tanoaria e embalagens de madeira, mel; Cerâmicas, Fábricas de bebidas, Fábrica de embalagens plásticas, de metal e de vidros.
	Em Aporá e em Pedrão tem uma empresa de fabricação de produtos derivados do leite
	Em Araçás são três empresas - fabricação de outros artigos de carpintaria para construção, de refrigerantes e de outras bebidas não alcólicas, desdobramento de madeira (Sem funcionamento).
	Em Catu são três empresas - torrefação e moagem de café, desdobramento de madeira, da cadeia do petróleo.
	No Conde são quatro empresas - preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão, fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção, fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira.
	Em Entre Rios é uma empresa de fabricação de laticínios.
	Em Esplanada são quatro empresas - desdobramento de madeira, fabricação de laticínios.
	Feiras semanais com significativo peso na economia territorial.
	Existência de pequenos negócios distribuídos entre lojas, mercearias, escritórios, hotéis, pousadas e restaurantes, dentre outros empreendimentos de prestação de serviços.
	Incidência comercialização através de pequenas barracas de "beira de estrada" distribuídas ao longo da faixa litorânea (BA 099), BR 101e na BR 110.
	Selecionadoras e Beneficiadoras de Frutas.
	Existência de (02) indústrias de produção de Cervejas.
	Existência de 03 indústrias pertencentes a cadeia produtiva da indústria de Bebidas, em Alagoinhas.
<i>Diversificação da produção e atividades Produtivas</i>	
História de colonização com a ocupação do território com grandes parcelas de terras a partir do cultivo da cana-de-açúcar e da pastagem para pecuária, eucalipto, citricultura e o milho.	Fruticultura, com destaque a cajucultura, a citricultura e a produção abacaxi e a mangaba.
Na maior parte da produção de beiju é utilizada a fécula de origem do estado do Paraná	Criação do gado bovino, caprino, ovino e aves - em especial a galinha caipira (pecuária).
Cultura dos agricultores em cultivar conforme a sua herança;	Cultivos de coco-da-bahía e citricultura

Capacitação dos produtores para a diversificação	Condições de clima e de solos para produção
Desconfiança na aplicação de novas tecnologias para a diversificação da produção	Milho, feijão, amendoim, hortaliças e mandioca
Dificuldade para a comercialização	Produção de cerâmica artesanal e industrial
	Apicultura e meliponicultura
	Artesanato a partir de crustáceos, de palha e de fibras naturais.
	Existência de colônias e de associações de pescadores artesanais.
	Oferta hídrica Subterrânea.
Assistência Técnica e Extensão Rural ATER	
Baixa oferta de ATER para os agricultores familiares	Existência de ONGs que prestam serviços de ATER – CEALNOR, FASE, Filhos do Mundo, ELO, Mandacaru e Via do Trabalho.
A BAHATER da estrutura funcional necessária para atendimento das demandas dos municípios.	Existência da BAHATER, da ADAB e do SEBRAE no serviço de ATER, SICOOB, Banco do Brasil, CAIXA ECONOMICA FEDERAL como agências financeiras.
	Associação de Técnicos (ASTAFES)
Acesso as Políticas Públicas	
Acesso limitado ao crédito devido a burocracia, a falta de informação (ATER).	Presença do SETAF no território.
Concentração do PRONAF B e recursos insuficiente para os agricultores familiares insuficientes).	Existência de Comissões Municipais de Sementes, integradas pelo poder público municipal e estadual, e a sociedade por meio dos STR's e associações comunitárias, encarregadas de disponibilizar as sementes de qualidade / certificadas.
	Produção Agroecológica Certificada
Estrutura Fundiária e Acesso a Terra	
Estrutura fundiária com alto índice de concentração da propriedade e existência de minifúndios	
Necessidade de realização da reforma agrária	

3.2. Dimensão Sociocultural e educacional

Quanto à dimensão sociocultural e educacional procurou-se identificar e resgatar a história da formação dos territórios e as características sócio demográficas da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento dos territórios. Quanto à educação, foi vista como mecanismo sistêmico de reprodução social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos da sustentabilidade dos territórios. Abrangendo o: acesso a serviços e infraestrutura pública (saúde, educação, proteção social, moradia, segurança, comunicações, energia, abastecimento d'água, saneamento,

transporte, estradas, cultura, esporte e lazer), inserção social, combate a pobreza e pobreza extrema, segurança alimentar e nutricional, redução de desigualdades e promoção de igualdades sociais, crianças e adolescentes, juventude, mulheres, povos e comunidades tradicionais, pessoas com necessidades especiais, idosos, migrantes, memória coletiva, artes, gastronomia, música, literatura.

TABELA 11: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL.

LIMITES	POTENCIALIDADES
EDUCAÇÃO	
Baixa escolaridade das marisqueiras e pescadores nos municípios do litoral principalmente Esplanada, Entre Rios, Conde e Jandaíra.	Educação Técnica e profissionalizante, desenvolvidas pelo IFBA e CETEP.
Baixa conservação das estradas vicinais	IF – Baiano/ Campus Catu e Alagoinhas
Necessidade de implantação ampliação dos serviços de telefonia móvel, internet e sinal de televisão, principalmente na zona rural e nos distritos.	Presença das EFAs (Inhambupe e Rio Real).
Baixo IDEB observado para as series iniciais, ensino fundamental e ensino médio.	Ensino superior conta com a UNEB e diversas instituições privadas em Alagoinhas e ainda com o Pólo da UAB em Itapicuru e Esplanada.
Significativo índice de evasão escolar e distorção idade – série.	Implementação da Câmara Técnica de Educação (complemento).
Baixo índice de aprovação para os ensinos inicial, fundamental e médio.	Presença do NRE18 no Território
Mau uso dos recursos financeiros destinados para a manutenção das unidades de ensinos.	
Possui uma única instituição de ensino superior pública (UNEB), que não esta integrada na política territorial.	
Falta de formação continuada dos conselheiros e membros dos colegiados escolares.	
Baixo número de profissionais especializados na educação profissional.	
Não funcionamento da Câmara Técnica de Educação.	
SAÚDE	
Ausência de informação (dados) relativa à mortalidade e natalidade.	PSF's mal estruturados e sem profissionais em numero compatível com a demanda.
Elevado índice de óbitos classificados como “Causas externas de morbidade e mortalidade”.	Policlínica
Apenas 01 hospital público regional.	Presença do NRS no Território
Restrita capacidade de atendimento da maternidade pública regional em Alagoinhas.	
Dificuldade com a regulação de pacientes para hospitais de media e alta complexidade.	
Insuficiência de leitos de UTI.	
COMUNICAÇÃO	
Os meios de comunicação do Território, inclusive as concessões comunitárias de rádio, encontram-se a serviço de interesses particulares e partidários.	Conselhos de Inclusão digital, existente apenas em Alagoinhas e Catu.
Complexidade no processo de licenciamento e manutenção das rádios comunitárias.	Existência de diversas rádios privadas e comunitárias no território
Ausência de conselhos de Inclusão digital, exceto em Alagoinhas e Catu.	Previsão de ampliação do sistema de telefonia móvel para a zona rural.
Necessidade de implantação e ampliação dos serviços de	

telefonia móvel, internet e sinal de televisão, principalmente na zona rural e nos distritos.	
SEGURANÇA PÚBLICA	
Delegacias da PC e Unidades da PM com efetivos de servidores e recursos materiais insuficientes para atendimento da demanda crescente.	Sistema Integrado de Segurança Pública (AISP – 29 e 48)
Ausência de delegacias especializadas para atender as especificidades da criança e do adolescente no território. (DAI).	Companhia Independente do Litoral Norte (Esplanada)
Existência de apenas uma delegacia especializada no atendimento de mulheres (Alagoinhas)	Polícia Comunitária.
Constantes vacâncias e insuficiência de servidores (Juízes, Promotor, Defensor e serventuários) nos Órgãos de Justiça.	Programa Pacto Pela Vida.
Criação e implementação pelos gestores municipais de Conselhos Municipais de Segurança Pública.	PROERD
Ausência de conselhos comunitários de segurança.	Ronda Maria da Penha.
Ausência de centros de referência de atendimento a mulheres em situação de violência.	Distrito Integrado de Segurança Pública-DISEP.
Ausência de casa de acolhimento a mulheres vítimas de violência.	Nova delegacia especializada de atendimento a mulher em Alagoinhas.
Ausência de previsão para implementação de Coordenadoria Regional de Polícia Civil na Área Integrada de Segurança Pública - AISP – 48. (Rio Real)	
Ausência de uma casa de acolhimento de menores infratores no território.	
Fechamento do presídio de Esplanada e inexistência de presídio regional no território.	
Ausência de uma delegacia especializada no combate ao crime de tráfico de drogas e crimes afins no território.	
Inexistência de uma vara crime especializada para questão da violência contra mulher.	
Corpo de Bombeiros ligado ao 2º Grupamento de Bombeiro Militar - Comando de Operações de Bombeiros Militares do Interior de Feira de Santana	

3.3. Dimensão Socioambiental

Consiste na valorização e avaliação da situação das questões e dos componentes do meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a identificação dos passivos ambientais em busca da sustentabilidade. Abrange as temáticas de: água potável, águas residuais, áreas protegidas, resíduos sólidos, biodiversidade, mudança climática, contaminação ambiental, desertificação, erosão, desmatamento, aquíferos, rios, degradação e manejo do solo.

TABELA 12: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL.

LIMITES	POTENCIALIDADES
Conservação da Biodiversidade	
A dificuldade de preservação da riqueza faunística e florística do território.	A flora local é bastante exuberante e muito diversa, com plantas típicas de biomas como Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, Cerrado e Caatinga.
Desmatamento e supressão da mata ciliar.	O Território se caracteriza por áreas de transição com uma riqueza florística e faunística que devem ser protegidas.
Pesca predatória (Rio Real, Inhambupe, Conde, Entre Rios, Jandaira).	Áreas potenciais para restauração produtiva.
Intensificação indiscriminada da pecuária.	Grandes potenciais de exploração do turismo rural e ecoturismo.
Degradação dos manguezais.	Disponibilidade de recursos minerais dentro do território.
Turismo predatório nos distritos litorâneos.	Existência do aquífero de São Sebastião e Tucano
Contaminação do lençol freático por esgoto doméstico e ausência de esgotamento sanitário visto que o único município do território que possui esgotamento sanitário é o de Alagoinhas.	Criação de posto avançado para a conservação da Mata Atlântica a ser reconhecido pelo Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. (EcoParque-Entre Rios)
Ocupação desordenada do solo.	Participação dos Municípios de Alagoinhas, Entre Rios e Conde no Sob-Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
Impactos ambientais causados por áreas de plantação de <i>pinus</i> e eucalipto que ocorre nos vinte municípios do território.	Previsão de aumento da área preservada com a implementação do CEFIR/CAR
A agricultura, a pecuária e a expansão imobiliária desenfreada, sem planejamento e sem o licenciamento adequado.	
Extração irregular de minerais, principalmente de areia para construção civil.	
Assoreamento dos mananciais.	
Poluição do ar	
Prática de queimadas na agricultura	
Represamento/barramento de recursos hídricos de maneira irregular.	
Produção de carvão vegetal de madeiras nativas.	
Uso inadequado da água.	
Poluição sonora.	
Tamanho reduzido da maioria das propriedades rurais.	
Uso indiscriminado de agrotóxicos principalmente na agricultura.	
Compactação e uso inadequado do solo na agricultura e pecuária.	
Expansão da silvicultura do eucalipto que causam a supressão vegetal, o empobrecimento dos solos e a destruição das estradas e com implicação na redução e possível extinção de espécies da fauna e flora.	
Gestão Integrada	
Falta articulação entre o colegiado territorial e as entidades gestoras das APAs, uma vez que estas apresentam conflitos ambientais e problemas de cunho administrativo, com necessidade de atuação de forma proativa e organizada de seus respectivos conselhos	No que concerne às águas, o Território é composto por três bacias hidrográficas: Recôncavo Norte e Inhambupe, Itapicuru e Rio Real, e participa de três unidades de gestão, denominadas de Regiões de Planejamento e

gestores.	Gestão das Águas – RPGAs: Recôncavo Norte, Itapicuru e Rio Real.
Crescimento do desmatamento, inclusive dentro das próprias APAs.	A existência da Base avançada do INEMA no Território Litoral Norte e Agreste Baiano, situado no município de Alagoinhas.
Ausência de Planos Diretores, do Zoneamento Econômico Ecológico - ZEE, da Lei de Uso e da Ocupação do Solo efetivados na prática.	Apenas os Municípios de: Alagoinhas, Aporá, Catu e Entre Rios dispõem de áreas para disposição adequadas dos Resíduos sólidos urbanos.
A maioria dos municípios não tem Código Ambiental nem outras leis necessárias para uma boa gestão ambiental.	Atuação do Ministério Público na fiscalização do exercício da Gestão Ambiental praticada pelos municípios do Território.
Ausência dos Planos de Saneamento e de Gestão dos Resíduos Sólidos. Com exceção do Município de Alagoinhas, o único no Território que possui PSA, porém, já se encontra desatualizado.	A empresa reflorestadora COPENER Florestal possui, aproximadamente, 64.000 ha de área de preservação ambiental (RL. APP. Nativas).
Falta de participação dos municípios nos comitês de bacia e nas APA's.	
Falta de capacitação ambiental por parte dos gestores municipais e "vontade" política.	
Os municípios têm dificuldades para manter/constituírem um sistema de Licenciamento ambiental estruturado, organizado e com competência legal para deliberação.	
O Município de Cardeal da Silva está impedido pelo MPE para exercer o licenciamento. Assim como Conde, Entre Rios, Itanagra e Jandaíra realizam a Gestão Ambiental por meio de TAC com o MP.	
Existência de 7 municípios do Território que não foram reconhecidos pelo CEPRAM para exercício do licenciamento das atividades e empreendimentos de impacto ambiental local, por meio do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC. Os (7) municípios de Catu, Acajutiba, Aporá, Aramari, Pedrão, Sátiro Dias, Olindina não exercem o licenciamento ambiental.	
Deficiência das secretarias municipais de meio ambiente na fiscalização e controle ambiental.	
Somente 4 municípios têm Secretaria de Meio Ambiente específica e somente 13 têm Conselhos Municipais de Meio Ambiente.	
Disposição inadequada de resíduos sólidos e ausência de aterros sanitários em 16 municípios do território.	
Impactos ambientais ocasionados pela expansão da cultura do milho transgênico nos municípios de Itapicuru, Rio Real, Inhambupe, Olindina.	
Aumento alarmante da especulação imobiliária com o objetivo de construção de empreendimentos hoteleiros e residenciais principalmente na zona costeira.	
A empresa reflorestadora COPENER Florestal possui, aproximadamente, 150.000 ha de área total, sendo 84.000 de plantação de eucalipto no Território, incluindo áreas próprias sem fomento.	

3.4. Dimensão Político-Institucional

Em relação a essa dimensão destaca-se as estruturas de poder e das representações sociais nos espaços políticos dos territórios para compreender as relações entre políticas públicas, os projetos políticos que as representam, as institucionalidades a elas vinculadas e a governabilidade sócio territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada, democrática e com protagonismo dos atores locais. Englobando as áreas da: institucionalidade pública, governo local, conselhos municipais, conselhos territoriais e regionais, legislações e marcos regulatórios específicos, organização social, sindical e política, participação social, representação política nos espaços estaduais e federais.

TABELA 13: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL.

LIMITES	POTENCIALIDADES
Infraestrutura	
Insuficiente apoio do poder público à participação da sociedade civil e no monitoramento das políticas públicas.	O Território é transpassado pela BR 101, que passa pelos municípios de Alagoinhas, Entre Rios, Esplanada e Rio Real (onde faz divisa com Sergipe).
Falta de interação das Entidades bancárias públicas com o Colegiado Territorial.	Pelo Território passa a BR 110, cruzando os municípios de Catu, Alagoinhas, Inhambupe, Crisópolis e Olindina.
Poucos municípios com existência de comitê municipal de segurança pública.	Rodovias Estaduais em bom estado de conservação, tais como: BA 093; BA 504 (trecho Alagoinhas-Araçás); BA 099 (linha verde); BA 505.
Insuficiência de apoio dos governos municipais no financiamento para as Escolas Família Agrícola.	Consórcio Público do Litoral Norte.
Insuficiência de apoio municipal para o deslocamento dos estudantes, para os CETEP's e IFE's.	Aterros Sanitários/controlados instalados nos municípios de Alagoinhas, Catu, Aporá e Entre Rios, os quais atendem outros municípios, como: Araçás, Aramari, Esplanada, Inhambupe.
Necessidade de Ampliação do número de centrais de abastecimento e criação de plataforma logística e capacitação da gestão.	Máquinas e Implementos acessórios fornecidos pelo PAC para manutenção das estradas vicinais dos Municípios.
Necessidade de Revitalização da rede ferroviária.	Todos os Municípios do Território possuem os ônibus fornecidos pelo Governo Federal para transporte Escolar.
Ampliação dos serviços de telefonia móvel, internet e sinal de televisão, principalmente nas áreas rurais.	Construção e Manutenção dos aeroportos.
Inexistência de Aeroportos/aeródromos. O único que existe está fora de operação. (Alagoinhas/Brasil Kirin)	
Serviços Públicos	
Inoperância do Consórcio Público, devido ao descompromisso da maioria dos(as) Prefeitos(as), prejudicando o desenvolvimento da política territorial.	Atuação da FETRAF e FETAG por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e dos Agricultores Familiares.
Existência, ainda, de projetos governamentais, que não contemplam as necessidades e demandas do Território.	Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, localizado no Município de Alagoinhas.

Centralidade de funcionamento do Fórum de Economia Solidária na Região Metropolitana de Salvador.	Cooperativas e ONGs prestadoras de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.
Deficiência no serviço de fornecimento de água em alguns municípios, principalmente para os que são abastecidos pela EMBASA.	Presença do Hospital Regional Dantas Bião, no município de Alagoinhas.
Fragilidade na atuação da cooperativa de crédito no território.	Serviços Autônomos de Água e Esgoto – SAAEs nos municípios de Catu e Alagoinhas.
Ausência de um marco regulatório da relação das entidades da sociedade civil com o governo.	Existência e atuação da DEAM/Alagoinhas.
Ausência de ações governamentais de combate a violência e extermínio da juventude negra dentro do território.	Presença do Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU na maioria dos municípios do Território.
Alto índice de violência contra mulheres, negros e jovens dentro do território.	
Fragilidade de atuação do aparato da segurança pública na área rural dos municípios.	
Insuficiência da quantidade de unidades de beneficiamento dos produtos da agricultura familiar.	
Necessidade de implantação de postos do PROCON no Território.	
Necessidade de Expandir o número de unidades da rede física do Sistema Estadual de Segurança Pública no Território e requalificar as unidades já existentes.	
<i>Institucionalidade/Organizações</i>	
Reduzido conhecimento e informação por parte da sociedade civil organizada e gestores no tocante à abordagem territorial.	Existência de comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (em Alagoinhas, Esplanada, Araçás e Aramari)
Reduzida sensibilidade por parte dos atuais gestores públicos municipais, para fortalecer essas Comissões.	Existência de diversas associações, cooperativas, sindicatos e ONGs no território.
Fragilidade das Comissões Municipais de Sustentabilidade Territorial (COMUST), para a Sustentabilidade Territorial (integradas por todas as instituições da sociedade civil com legitimidade e representação social e do poder público municipal);	Presença da Universidade do Estado-UNEB no Território com Campus sediado em Alagoinhas.
Com exceções da SDR, SEPLAN, SECULT, SEMA, SPM (NREs/SECRETARIA DA FAZENDA e outras), as demais representações das diversas secretarias não interagem com o Colegiado, conforme determina a Lei Estadual.	Presença dos Institutos Federal Baiano – IFBa no Território, localizados nos municípios de Catu e Alagoinhas.
Necessidade de ampliação de qualificação da sociedade civil;	Presenças das Escolas Família Agrícola – EFAs no território, localizadas nos Municípios de Inhambupe e Rio Real.
Fragilidade das entidades da sociedade civil, para atuarem com independência.	Presença do Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Norte e Agreste Baiano - CETEP/LN, no município de Alagoinhas.
Subserviência/subordinação dos Conselhos e de algumas organizações da sociedade civil ao poder público municipal.	Existência de 02 agências do Banco do Nordeste (Alagoinhas e Catu).
Influência partidária, visando acordos políticos no direcionamento dos projetos.	Presença da 2ª CIRETRAN, localizada no Município de Alagoinhas e das RETRANS instaladas nos município de Catu (8ª Retran), Esplanada (3ª Retran), Inhambupe (2ª Retran) e Alagoinhas (1ª Retran (SAC)).
Fraco engajamento e baixa cooperação dos mandatos parlamentares municipal, estadual e federal no Colegiado Territorial.	Presença de agências bancárias em todos os municípios do Território, cooperativas de crédito, CEAPE.

Afastamento da CARITAS (Articulação do Semiárido) no Colegiado Territorial.	Mercado amplo.
Dificuldade de gestão limita o pleno funcionamento das cooperativas e acesso às políticas públicas.	
Ausência de participação de alguns segmentos sociais no colegiado territorial, a exemplo de povos de comunidades tradicionais.	
Ausência de representação da UNEB no espaço territorial.	
Baixa participação efetiva do Poder público nas ações do Colegiado Territorial.	

CAPÍTULO II

MATRIZ DE AÇÕES

4. EIXOS DO DESENVOLVIMENTO

Nas últimas décadas, as teorias de desenvolvimento foram amplamente questionadas em função dos seus ineficientes resultados, sobretudo em termos de equidade e capacidade de reprodução sustentável das experiências e projetos implementados.

O desenvolvimento territorial sustentável é um conceito e uma prática contemporânea que vai além do crescimento econômico e que se configura como um processo de mudança social e econômica em termos de potencialidades e capacidades do ser humano, que aproveita e tende a aperfeiçoar os graus de liberdade social, econômica e política presentes na sociedade e suas instituições, buscando assim a universalização das oportunidades, dentre outras, de saúde, educação, trabalho, cultura e a criação e a capacidade efetiva de se desfrutar das garantias plenas dos direitos humanos.

O entendimento acerca do desenvolvimento territorial sustentável foi adquirindo uma crescente complexidade, deixando de ser um conceito unidimensional para se transformar em outro de caráter pluridimensional, fazendo com que as novas abordagens ao seu respeito passassem a: enfatizar a diferença fundamental entre desenvolvimento e crescimento econômico; superar a lógica setorial, colocando-se em destaque as relações entre diferentes modalidades de empreendimentos a partir da utilização de sistemas de produção e cadeias produtivas, arranjos produtivos locais, redes, etc. que compreendem espaços de governança para coordenação, articulação e aprendizagem entre atores; realçar a importância da constituição de parcerias e de relações de cooperação entre atores que, em situações anteriores, manteriam poucos contatos entre si e estabeleceriam relações pautadas na lógica da competição; valorizar o protagonismo da sociedade civil, das institucionalidades territoriais e dos governos locais em projetos de desenvolvimento; reconhecer que o desenvolvimento de um esforço endógeno baseado na autoconfiança regulado por instituições e regras; enfatizar a necessidade da sustentabilidade dos projetos; revalorizar os pequenos e micro empreendimentos e o setor informal, articulados em redes sociais.

Nesta nova concepção, o desenvolvimento passa a ser assumido como um fenômeno endógeno em busca de relações de preservação do ambiente, aberto à mudança institucional, que se realiza sobre territórios, e que depende de fatores externos e internos a esses territórios.

O planejamento, na prática não é simples. Neste capítulo será apresentada uma matriz com objetivos, estratégias e metas, que foi construída com base em documentos do: PTDS, PPA, ZEE, conferências..., e, contribuições dos atores sociais desse território, para um período de 8 (oito) anos.

Para alcançar o desenvolvimento, o presente documento de planejamento teve como base os seguintes eixos: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva; Estrutura Fundiária e Acesso a Terra; Formação Cidadã e Organização Social e Infraestrutura e Serviços Públicos.

As matrizes de ações apresentadas a seguir, são resultados de sistematização de documentos territoriais: PPA-P, ZEE, Conferências, PTDRS... e produtos das oficinas construídas de forma participativa pelo Colegiado Territorial. E para se alcançar o desenvolvimento territorial desejado é necessário está conectado com o todo, pois percebe-se que as matrizes estão interligadas e complementam entre si.

4.1. Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

No eixo de Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva formam pensadas ações e projetos estruturantes voltados para atividades produtivas, principalmente na área da agricultura familiar e na exploração das diferentes potencialidades existentes no Território. Preocuparam-se também com a recuperação e preservação das condições naturais básicas que permitam a sustentação e a reprodução das espécies humana, animal e vegetal, bem como sua relação com o processo de produção, e a governança territorial.

TABELA 14: MATRIZ DE AÇÕES DO EIXO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AMBIENTAL COM INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA.

OBJETIVO 1	
Promover a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens e mulheres, através da geração e ampliação de renda a partir dos sistemas produtivos locais de base agroecológica e de organização coletiva.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Potencializar os processos de produção agrícola para a transição agroecológica e não agrícola para disponibilizar produtos saudáveis e sustentáveis	Fomento a implantação de 2 unidades produtivas de aquicultura no litoral e águas interiores
	Fomento a criação de 612 sistemas produtivos sustentáveis para a transição agroecológica
	Fomento a 15.180 unidades de produção familiar
	Distribuição de 74 kits de equipamentos e petrechos de pesca para os pescadores e pescadoras artesanais
	Revitalização de 5 unidades familiares de fruticultura
	Fomento a sistema de irrigação de baixo consumo de água em 1000 propriedades familiares
	Fomentar a implantação de tecnologias sociais de captação de água de chuva (cisternas de produção, barragens subterrâneas, entre outras) em 2000 propriedades familiares
	Definir um Sistema Único de Produção, manejo alimentar, manejo sanitário e reprodutivo adaptado a realidade local, e adequada sanidade fiscal e animal
Estruturar e fortalecer unidades de beneficiamento/agroindustrialização da agricultura familiar, com infraestruturas e condições sanitárias adequadas e na concepção associativa e cooperativista	Implantação de 2 unidades de processamento e beneficiamento da produção aquícola e pesqueira de dimensão territorial na área litoral e de águas interiores
	Implantação de Unidades Municipais de beneficiamento de frutas
	Reestruturação e implantação de Unidades de Beneficiamento/Processamento de Mel de pequeno porte nos municípios
	Implantar Unidades de Beneficiamento e Processamento de leite de pequeno porte nos municípios
	Implantar 1 Unidade de Beneficiamento territorial de leite com Selo de Inspeção Federal – SIF
	Reestruturação e implantação de Unidade de Beneficiamento de Mandiocultura e de Araruta nos municípios
	Implantação de 3 Unidade de Beneficiamento de Suínos
	Implantação de Unidade de Beneficiamento Territorial de Avicultura
	Implantação de Unidade de Beneficiamento Territorial de Ovino/Caprinocultura
	Realização de estudos de viabilidade econômica de todas as unidades de beneficiamento da agricultura familiar
	Implantação de Unidade de Artesanato Regional
	Implantação e manutenção de Serviços de Inspeção Sanitária Municipal (SIM) ou Estadual (SIE) ou Federal (SIF) nas agroindústrias, conforme as legislações.
Promover a inserção e a ampliação dos produtos nos mercados (local, estadual, nacional, institucional)	Desenvolvimento de novos produtos a partir da potencialidade local (ampliação – quantificação dos produtos ou dos sistemas)
	Implantação e reestruturação de unidades municipais para comercialização dos produtos da agricultura familiar
	Implantação de um sistema de logística para o funcionamento das unidades comerciais e agroindustriais da agricultura familiar territorial
	Cumprimento e ampliação da aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
	Implantação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional
	Promoção da capacitação dos gestores públicos municipais e das estruturas escolares municipais, estaduais e federais (direção, nutricionistas, merendeiras) para a aquisição de produtos da agricultura familiar.
	Promoção de eventos territorial/ municipais (feiras e exposições) que divulguem os produtos, a partir da organização de dados sobre a produção e a capacidade produtiva territorial.
	Promoção de ações de marketing da produção de base agroecológica
Acesso certificação/ selo da agricultura familiar para todos os produtos	

	territoriais
Implantar o Sistema REGIN nos Municípios	Implantar nos 06 municípios de maior PIB per capita o Sistema Integrador Estadual de Registro Mercantil
	Sensibilizar o poder executivo municipal a aderir ao Sistema Integrador Estadual de Registro Mercantil

OBJETIVO 2		
Disponibilizar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para a diversidade da Agricultura Familiar e a redução das desigualdades com garantia da autonomia econômica, social e política e participação social de base agroecológica e de organização coletiva levando em conta o fortalecimento da diversidade das cadeias produtivas para agricultura familiar na inclusão produtiva, econômica e social.		
ESTRATÉGIAS	METAS	
Assegurar a universalização da ATER a partir da estruturação territorial e da institucionalização da participação das Prefeituras Municipais	Estruturação dos SEMAFs em todos os municípios com garantia de equipe técnica	
	Estruturação do SETAF/BAHIATER com equipamentos e veículos e equipe técnica	
	Ampliação do nº de atendimentos de ATER em 100% para diversidade da agricultura familiar adequada a cada realidade dos biomas (Mangue, Mata Atlântica e Caatinga)	
	Contratar 200 Técnicos moradores da Zona Rural (Estabelecimento de Cotas), para atuarem nos serviços de ATER voltados para a agricultura familiar e suas diversidades	
	Contemplar, preferencialmente, paridade de gênero na composição das equipes técnicas de ATER	
	Garantia de composição mínima de 20% de jovens no público beneficiário de ATER	
	Garantia de composição mínima de 20% de jovens agentes de ATER	
	Garantia de 50% de beneficiários de PCT nos serviços de ATER, considerando-se a realidade territorial	
	Renovação e ampliação em 100% a DAP para pescadores, permitindo que os mesmos acessem recursos para agricultura	
	Renovação e Ampliação em 100% a DAP para mulheres e jovens rurais	
	Renovação e Ampliação em 100% a DAP (geral)	
	Ampliação de 50% de beneficiários nas chamadas públicas de ATER	
	Promover atividades educacionais, formativas e de qualificação profissional voltadas para fortalecimento da agricultura familiar e suas diversidades, na concepção agroecológica e associativa, pedagogias construtivistas e estratégias metodológicas participativas.	Realização de 30 cursos de qualificação para os técnicos de ATER
Promoção de X atividades formativas sobre o cooperativismo/ associativismo em parceria com as Secretarias de Agricultura, Educação, Saúde, Ação Social, entidade executora de ATER, STRS/ SITRAFS, CMDS e instituições financeiras		
Realização de 20 atividades educacionais, formativas e de qualificação profissional para 800 agricultores familiares, de acordo com os sistemas produtivos locais		
Fomento a criação de 1 rede institucional de mulheres no Território		
Estabelecimento de convênios entre os órgãos gestores das Estações experimentais do Território e as instituições de ensino, pesquisa e extensão, a fim de fortalecer a construção do conhecimento e tecnologia de ATER para agricultura Familiar, com enfoque territorial.		
Capacitação de 500 agricultores em técnicas de cultivo e uso de variedades adequadas a cada região do Território		
Promover 200 atividades de educação ambiental		
Adequação do currículo escolar dos cursos técnicos na perspectiva da política de ATER (PNATER), inserindo as temáticas da agricultura familiar, da Reforma Agrária e da agroecologia nos diversos níveis e modalidades de ensino		
Ampliar em 50% a capacidade das instituições de ATER para atender a demanda da agricultura familiar reforma agrária, populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas, entre outros.		
Capacitar 30% da equipe técnica para atender as demandas específicas da reforma agrária, populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas.		
Apoiar 80% processos de valorização dos conhecimentos e experiências dos públicos da PNATER;		
Garantir a participação do público		Garantia de que todos os programas e projetos ligados a ATER passem pelo

beneficiado na elaboração dos planos, na gestão, na execução e na fiscalização do sistema integrado de ATER, com atenção especial aos povos e comunidades tradicionais	CMDS e pelo Colegiado Territorial
	Ampliação e qualificação da participação dos agricultores nos processos de construção das políticas públicas, a partir da realização de 8 eventos de formação para conselheiros municipais e territoriais
	Implementação de 8 projetos produtivos voltados para atender as demandas das mulheres rurais
	Implementação de 8 projetos produtivos voltados para atender as demandas dos jovens rurais
	Implementação de 8 projetos produtivos voltados para atender as demandas dos povos e comunidades tradicionais
Fortalecer as entidades de fiscalização para controlar a comercialização e a aplicação de agrotóxicos	Redução em 50% das vendas e utilização de agrotóxicos nas lavouras
Garantir o acesso ao crédito para os agricultores familiares	Ampliação em 50% o acesso do PRONAF para as mulheres e jovens rurais
	Ampliação e qualificação da participação de 50% agricultores familiares nos processos de construção das políticas públicas
Fortalecer a pedagogia de alternância como uma importante estratégia de qualificação da ATER, articulando a adequação dos currículos das universidades, escolas de alternância (EFAS) e institutos tecnológicos de forma que integrem os conteúdos da PNATER e as políticas da agricultura familiar;	Promover a formação continuada dos 100% dos técnicos (as) habilitados para atuarem em acordo com os princípios e objetivos da PNATER;
	Adequar 100% dos currículos das universidades, escolas de alternância (EFAS) e institutos tecnológicos de forma que integrem os conteúdos da PNATER e as políticas da agricultura familiar;
	Garantir que as equipes de profissionais multidisciplinares prestadoras dos serviços de ATER tenham conhecimento e experiência com a realidade da agricultura familiar e da reforma agrária, bem como nas diretrizes da PNATER;
Promover a integração de políticas públicas voltadas para o meio rural nos espaços de coordenação e gestão social (conselhos, colegiados e outros), através da pactuação entre os governos para atuarem de forma efetiva na implementação e na aplicação na política de ATER.	Ampliar em 50% a participação e instrumentalização da ATER viabilizando e divulgando nos espaços de debate a formulação e avaliação das políticas públicas para o meio rural; (100% famílias assistidas pela ATER de forma qualificada e continuada, priorizando as mulheres, jovens, povos de comunidades tradicionais e, idosos nas políticas públicas de apoio à produção, comercialização, gestão econômica e de desenvolvimento territorial sustentável, estimulando a sua participação nos espaços de debate.
Fortalecer a estratégia de atuação em Rede, através do SIATER de forma articulada com as diversas pastas do Governo Federal e integrada com os Estados e municípios, respeitando as especificidades regionais e os processos metodológicos estabelecidos pela PNATER, incluindo provisão no FPM, bem como, fazer a adequação dos instrumentos de financiamento para garantir a aplicação dos Planos Nacional e Estadual.	Criar 01 Sistema Nacional para coordenar a implementação da PNATER.
	Fomento a criação de fundos municipais de ATER, garantindo dotação orçamentária para ATER na LOA dos três entes federativos com execução mínima obrigatória de 50%

OBJETIVO 3	
Promover ações de conservação e recuperação dos ecossistemas e ao manejo sustentável dos agroecossistemas que assegurem processos saudáveis à vida humana e ao meio ambiente.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Incentivar através de TACs a restauração produtiva em área estratégica do território por meio de sistemas agroflorestais – SAF	Apoiar administrativa e financeiramente a restauração em 277 em área estratégica por meio de sistemas agroflorestais.
	Implantação de Viveiro territorial para produção de mudas
Realizar a distribuição de megalopas de caranguejo - Uça.	Criação de unidade demonstrativa de Pesquisa de produção e de Beneficiamento por meio de SAF
	Distribuir 4000000 de megalopas de caranguejo Uça (Ucidescordatus) para repovoamento de manguezais
Promover o ordenamento Territorial, por meio do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, com o envolvimento do poder público municipal, estadual e federal para a realização de estudos e	Realizar 1 estudo para identificação das potencialidades de formação de Arranjo Produtivo Local – APL no Território.
	Realizar 1 estudo para identificação das potencialidades econômicas dos territórios
	Apoiar 10 municípios do Território para o Gerenciamento Costeiro – GERCO

garantia de estruturas.	Preservação de cultivos estabelecidos (na área de extrativismo)
	Reflorestamento de 50% das áreas degradadas com plantas melíferas
Elaborar e aprovar a lei de limitação da plantação de eucalipto e outras monoculturas	Implantar 20 marcos regulatórios municipais do eucalipto e de outras monoculturas

4.2. Estrutura Fundiária e Acesso a Terra;

Em relação ao eixo de Estrutura Fundiária e Acesso a Terra, é um eixo que possui muita demanda por regularização fundiária e acesso a terra. Além disso, é de suma importância para o Território por que como o avanço desse eixo é possível alcançar outras melhorias, como à produção, acesso a políticas públicas, etc.

TABELA 15: MATRIZ DE AÇÕES DO EIXO ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA.

OBJETIVO 1	
Promover o acesso à terra e a regularização fundiária das áreas ocupadas, priorizando o assentamento de famílias de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Atender famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental através lançamento de projetos de regularização fundiária, priorizando as áreas de quilombolas, Povos, comunidades tradicionais e comunidades de Fundo e Fecho de pasto.	Atender 80% das famílias em situação de exclusão em áreas urbanas e suburbanas nos Municípios do Território.
	Atender 80% das famílias com entrega de título de propriedade urbanas e rurais.
Regularizar 50% das propriedades em áreas quilombolas e de fundo e fecho de pasto que necessitam de regularização.	
Prestar suporte técnico e jurídico aos municípios do território para orientação e garantia de direito à terra, bem como regularização fundiária, através de convênios com o Estado.	Promover apoio técnico-jurídico aos 20 municípios do território com orientação para o direito ao acesso a terra e regularização áreas ocupada.
Fortalecer os órgãos responsáveis pelo trabalho de discriminação das terras públicas e regularização dos territórios das comunidades tradicionais.	Regularização fundiária e emissão de 50% títulos propriedade e/ou de concessão de uso para agricultores familiares, incluindo áreas de comunidades quilombolas e comunidades tradicionais.
Identificar e especificar os problemas em torno da regularização fundiária, de documentação dos estabelecimentos familiares e empecilhos que dificultam o acesso aos créditos;	Mapear 100% da quantidade de terra regularizada "titulada" nos 20 municípios do território, identificar a qual categoria pertence (camponeses, latifundiários, empresas agrícolas, etc.), assim como especificar os problemas em torno da regularização fundiária, de documentação dos estabelecimentos familiares e empecilhos que dificultam o acesso aos créditos;
Elaborar proposta de Crédito Fundiário para o CDA visando atender as famílias de trabalhadores rurais.	Conceder Crédito para atender 70% das famílias assentadas
Realizar vistoria e avaliação de Imóveis Rurais no intuito de assentar as famílias de trabalhadores rurais, sem terra ou minifundiários.	Realizar 100% das vistorias necessárias para avaliação dos imóveis rurais destinados a reforma agrária no território.
	Assentar 100% das famílias em situação de acampamentos.

4.3. Formação Cidadã e Organização Social.

Já o eixo Formação Cidadã e organização Social também é um eixo de grande importância para o Território, pois significa a busca da melhoria da qualidade de vida da população, através da ampliação dos espaços de formação e qualificação, as quais compreendem a preservação dos recursos naturais, a apropriação equitativa dos produtos gerados pela natureza e pelas atividades econômicas humanas e, principalmente, o reconhecimento e usufruto equitativo dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais e o respeito às diferenças. A sustentabilidade social do desenvolvimento precisa da participação das comunidades em suas várias formas de organização e nos diferentes campos de atividade (econômica, cultural, ambiental, religiosa, etc.).

TABELA 16: MATRIZ DE AÇÕES DO EIXO FORMAÇÃO CIDADÃ E ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

OBJETIVO 1	
Promover processos de planejamento, integração e gestão do desenvolvimento rural sustentável do território, considerando as dimensões de gênero, etnia, povos tradicionais e de terreiros.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Realizar repasse de recursos através de convênios para organizações governamentais e não governamentais (entidades sociais coletivas), para promover a formação continuada dos Agentes Territoriais de todas organizações sociais através de capacitação, para a gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural e reforma agrária	Instalar 1 unidade administrativa territorial com toda infraestrutura necessária. (Automóveis, mobiliários, equipamentos eletrônicos, equipe técnica)
	Fomentar 12 reuniões (anualmente) do colegiado territorial com apoio técnico e infraestrutura.
	Garantir a permanência dos assessores territoriais (ADT, AT, RTC, articuladora de mulheres) no Território
	Promover no território 8 capacitações sobre gestão de políticas públicas, desenvolvimento rural e reforma agrária.
	Realizar 01 encontro territorial por ano de fortalecimento da autonomia para o empoderamento das pescadoras e marisqueiras
	Promover a adesão dos municípios e de agricultores familiares ao programa Garantia Safra.
OBJETIVO 2	
Fortalecer os mecanismos de aplicação de penas e medidas alternativas.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Garantir infraestrutura efetiva de acompanhamento e reconhecimento das medidas punitivas de caráter educativo.	Atender a no mínimo 200 cumpridores de penas e medidas alternativas na estrutura das Centrais de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas.
	Implantar 01 Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas em cada Jurisdição do Território.
	Disponibilizar em número compatível com a demanda as Centrais de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas.
	Realizar campanhas educativas das para reconhecimento de sua legitimidade pela sociedade e operadoras do direito como medidas punitivas de caráter educativo.
OBJETIVO 3	
Fortalecer a alfabetização e educação de jovens, adultos e idosos no Território, através da ampliação do diálogo entre a SEC os Núcleos Regionais e as Unidades Escolares e da implementação de políticas da educação no campo, educação quilombola, educação profissional, educação ambiental e atendimento à	

diversidade nas unidades escolares da educação básica na rede estadual.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Discutir com a comunidade escolar as carências e necessidades das ações socioeducacionais e culturais	Desenvolver, nas 53 unidades escolares, ações socioeducacionais e culturais.
Construir, implantar e/ou implementar o Projeto Político Pedagógico na unidade escolar com base nas Diretrizes Curriculares Estaduais.	Implantar, em 53 unidades escolares, as diretrizes curriculares estaduais para a educação básica e suas modalidades - Currículo Bahia.
Sensibilizar a direção escolar a fim de garantir a participação dos profissionais da educação nos Programas Gestar, Ciência na Escola, Desenvolvimento Territorial, Educação do campo, etc por meio da formação continuada	Realizar, em 53 unidades escolares, o Programa Ciência na Escola para áreas de ciências da natureza e ciências humanas do ensino fundamental II e ensino médio.
	Realizar, em 53 unidades escolares, o Programa Gestar na Escola.
	Promover a formação continuada no território em 70% do corpo docente das UE e 100% dos gestores escolares. (Fonte: NRE 18)
	Atender ao menos 50% das demandas da educação no campo.
	Envolver o NRE 18 e as unidades escolares em no mínimo 50% nos encontros formativos ofertados pela SEC
	Realizar 36 formações de profissionais voltados para a educação de jovens, adultos e idosos.
Incentivar as parcerias com municípios, cujo o índice de analfabetismo exceda o percentual estabelecido pelo MEC, a fim de ofertar a EJA, nos tempos formativos I, II e tempos juvenis.	Mapear os municípios que possuem analfabetismo acima de 20%. (Fonte: MEC)
Fazer levantamento territorializado das demandas e/ou problemas com foco no fornecimento de transporte para os alunos, unidades escolares que atendem as especificidades da educação no campo e contratação de Profissionais Especializados.	Mapear demandas e problemas do transporte escolar, nos 20 municípios do Território
	Fazer levantamento de demandas e problemas nas XX escolas de Educação do campo
	Promover o funcionamento regular das 02 unidades de educação profissional e suas atividades curriculares.
Disponibilizar recursos a fim de garantir a participação da produção de tecnologias sociais das Escolas Profissionais e para educação do campo.	Promover a produção de 05 tecnologias sociais disseminadas em eventos de intervenção social com alcance Estadual
	Disponibilizar R\$ 100.000,00 de recursos para as 02 escolas do campo existente no Território (EFA's)
Adequar as UE situadas em áreas quilombolas e UE que atendem estudantes oriundo das comunidades quilombolas, as diretrizes estadual e nacional da educação escolar e quilombola.	Implementar, em 100% nas unidades escolares da rede estadual localizadas em áreas quilombolas a política da educação escolar quilombola.
Realizar ações socioeducacionais especiais utilizando as propostas do PROEASE	Realizar ações socioeducacionais especiais - PROEASE nas 53 Unidades Escolares.
OBJETIVO 4	
Fortalecer as ações de proteção social voltadas ao público em situação de vulnerabilidade e risco social (criança, adolescente, jovens, Pessoas com deficiência pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas, suas famílias), visando a assegurar a sua proteção integral em consonância com a política estadual de direitos humanos.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Articular os entes federativos e a sociedade civil para a elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas às populações vulneráveis nas áreas críticas e ou prioritárias.	Adequar 02 escolas para educação integral localizadas em áreas de base comunitária em municípios com maiores índices de violência.
	Elaborar, implementar e monitorar 02 políticas públicas voltadas às populações vulneráveis nas áreas críticas e ou prioritárias.
Ampliar a expansão da oferta para a implantação do PROCON no território.	Implantar e modernizar postos do PROCON no território de identidade.
Promover a formação continuada dos gestores, técnicos, conselheiros e	Capacitar ao menos 50% dos gestores, técnicos, conselheiros e lideranças que atuam nas áreas de juventude e direitos humanos no território

lideranças e disponibilizar infraestrutura adequada que atuam nas áreas de juventude e direitos humanos no território.	Qualificar ao menos em 50% das pessoas envolvidas nas Políticas de direitos humanos através do centro estadual de educação em direitos humanos. Realizar 02 ações itinerantes anualmente abrangendo os diversos segmentos dos direitos humanos nos municípios prioritários
Apoiar técnico e financeiramente os municípios com co-financiamento dos serviços de proteção social especial de alta e média complexidade	Atender 1500 pessoas com serviços complementares de proteção básica e especial.
	Apoiar técnica e financeiramente a criação de conselhos municipais de direitos das pessoas com deficiência nos três municípios pólos do Território (Alagoinhas, Inhambupe e Rio Real)
	Assistir tecnicamente os 20 municípios do Território que desenvolvam ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
	Realizar no mínimo 01 encontro formativo/ano para o uso do sistema de proteção para a infância e adolescência dos conselhos tutelares, no território de identidade.
	Realizar 20 ações nos municípios do Território o fortalecimento do Projeto Juventude Viva de modo a promover o enfrentamento à violência contra juventude.
	Assistir 50% crianças e adolescentes vítimas de abuso e violência sexual nos municípios com maior incidência de tais crimes.
	Atender 485 usuários de substâncias psicoativas e suas famílias, nos municípios com maiores índices de crimes violentos letais intencionais no Território.
Sensibilizar as empresas prestadoras dos serviços de transporte intermunicipal para concessão de passes livres para pessoas com necessidades especiais.	Conceder 500 Passes Livres Intermunicipais a pessoas com deficiência comprovadamente carentes contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e inclusão social.
OBJETIVO 5	
Preservar o patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e a memória com vistas à sua sustentabilidade e o atendimento à sua função sociocultural	
ESTRATÉGIAS	METAS
Preservar os bens materiais históricos e valorizar a história dos municípios do Território.	Promover a conservação, restauração e requalificação de 10 bens protegidos ou de reconhecido valor cultural: móveis, imóveis e integrados
OBJETIVO 6	
Garantir igualdade de participação, autonomia social e financeira e de poder de decisão das mulheres, em sua diversidade e especificidades nos diversos segmentos da sociedade civil organizada.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Fazer cumprir e revisar a execução da Lei Maria da Penha no que tange às medidas protetivas, no sentido de promover maior austeridade com relação ao agressor	Ampliar em 80% a proteção às mulheres vitimadas por violência doméstica
	Minimizar 75% casos de reincidência da violência contra a mulher no Território;
Criar, empoderar, capacitar e disponibilizar infraestrutura para um núcleo de apoio político e social, para articulação com os demais órgãos competentes para a efetivação dos direitos da mulher.	Implantar e capacitar 20 Conselhos Municipais de Políticas Públicas para Mulheres;
	Aumentar em 50% o número de empreendimentos sociais liderados por mulheres
	Realizar 2000 ações de assistência e prevenção à violência contra a mulher no território
	Ampliar em 60% a oferta de Políticas públicas voltadas para o atendimento de saúde a mulher no território.
	Capacitar e qualificar 150 agentes públicos que trabalha com atendimento de saúde a mulher.
	Promover 02 campanhas extras educativas, por ano, de esclarecimento e incentivo quanto a importância da participação da mulher na política partidária e social.
	Definir que o fundo partidário destine o valor de 20 % de suas receitas para atividades e programas que promovam a participação das mulheres.
	Garantir a implantação pelos partidos políticos, de projetos que visem a criação e o fortalecimento dos Conselhos do Direito da Mulher nos 20 municípios do território.
Adquirir e distribuir para as	Distribuir 177 KITS de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para uso

instituições do território que tenham demandas para o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para grupos produtivos de mulheres pescadoras e marisqueiras.	na atividade produtiva da pesca e mariscada.
OBJETIVO 7	
Fortalecer e consolidar a política de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN no Território	
ESTRATÉGIAS	METAS
Instituir processos de educação alimentar e nutricional e de promoção da alimentação saudável, através de eventos, videoconferências/ tele aulas/ apoio virtual,	Inserção no curriculum escolar a temática de SAN, desde a educação infantil ao ensino superior, em 100% nas escolas do Território.
	Realizar 4 capacitações continuada, presencial e a distância, nas ações de Alimentação e Nutrição e Segurança Alimentar e Nutricional com destaque para técnicos dos municípios, das bases e núcleos regionais de saúde;
	Criação de 10 bancos de sementes
	Produzir e distribuir 5000 unidades de material educativo e/ou informativo com conteúdos relacionados a Alimentação e Nutrição e Segurança Alimentar e Nutricional para ser utilizado com técnicos de saúde, núcleos regionais, Instituição de Ensino Superior e sociedade civil organizada, no Território;
	Implantar 20 projetos sustentáveis (quintais produtivos e hortas domésticas).
Implantar e capacitar CONSEA's municipais, SISAN e câmara técnica territorial de segurança alimentar e nutricional.	Implantar e Capacitar 20 conselhos no sistema de segurança alimentar
	Incentivar a criação de 01 a câmara temática territorial de segurança alimentar

4.4. Infraestrutura e Serviços Públicos.

E quanto ao eixo Infraestrutura e Serviços Públicos, que também é de grande importância para o desenvolvimento do Território foram demandadas ações, tanto para o campo, quanto para a cidade, referente a segurança, educação, saúde, infraestrutura hídrica, saneamento básico, inovação, inclusão digital, energia, transporte, emprego e renda, lazer, e cultura.

TABELA 17: MATRIZ DE AÇÕES DO EIXO INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.

OBJETIVO 1	
Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente a universalização do abastecimento humano e produção de alimentos, com ênfase para as áreas de povos e comunidades tradicionais e em assentamentos rurais.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Lançamento de editais de inclusão de projetos para implantação de infraestrutura hídrica direcionados para o Território.	Implantar 5 sistema de saneamento na área rural
	Implementar 644 tecnologias sociais para captar e reservar água de chuva para consumo, produção de alimentos e dessedentação animal
Mapear as demandas os locais onde existem sistemas que estão subutilizados	Aproveitamento dos sistemas existentes subutilizados
Mapear as demandas e capacidade de ofertas em áreas carentes em Sistemas de Abastecimento de água	Elaborar 6 projetos de sistemas de abastecimento de água
	Implantar 30 sistemas simplificados de abastecimento de água
Promover a divulgação intersetorial do destino Bahia, nos mercados emissores,	Perfurar 75 poços artesianos no Território

nacional e internacional.	
Identificar as prioridades e realizar parcerias entre os governos Federal, Estadual e Municipal para a implantação de Sistema Simplificado de água.	Implantar 20 sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas de povos e comunidades tradicionais e em assentamentos rurais
Garantir a segurança hídrica no Território através de sistemas alternativos de irrigação, construção de cisternas e outros tipos de captação ecologicamente sustentáveis para atendimento da agricultura familiar, a depender da demanda e viabilidade existente no território.	Implantar 150 de sistemas de abastecimento de água para populações rurais e urbanas, priorizando as necessidades mais urgentes do Território.
	Analisar e otimizar os sistemas de abastecimento já existentes e porventura subutilizados, buscando aumentar a capacidade de atendimento.
Ofertar de kit de irrigação para Agricultores Familiares visando o fortalecimento da fruticultura e da horticultura irrigada.	Ofertar 600 kits de irrigação para Agricultores Familiares visando o fortalecimento da fruticultura e da horticultura irrigada.
	Aquisição de embarcações de pequeno porte equipadas e kit de marisqueiras, visando garantir o aumento da produtividade e qualidade do pescado.
Implementar a Política de Saneamento Ambiental e Resíduos Sólidos	Apoiar a elaboração dos planos municipais de saneamento básico nos municípios que não tem.
	Apoiar tecnicamente a implementação do modelo de gestão para operação e manutenção de sistemas através da implantação de centrais.
OBJETIVO 2	
Ampliar a cobertura de esgotamento sanitário compreendendo coleta, tratamento e destinação adequados nos municípios do Território incluindo a promoção da inovação da Gestão Estadual do Saneamento Básico.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Cobrar da EMBASA, dos SAAEs e CERB existentes no Território o apoio técnico na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Ambiental e do Plano territorial de Saneamento.	Elaborar 01 Plano Territorial de saneamento básico
Identificar as prioridades e realizar parcerias entre os governos Federal, Estadual e Municipal para a implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário.	Implantar 05 sistemas de esgotamento sanitário em destino turístico.
	Implantar sistemas de esgotamento sanitário nos municípios onde não possui.
OBJETIVO 3	
Ampliar a infraestrutura e serviços rurais, promovendo a inovação e o acesso a tecnologia com foco na agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Instalar sistema público de comunicação, com expansão de rede de internet, TV.	Fomentar a adoção de tecnologias apropriadas à agricultura familiar com foco na convivência com o meio rural
Formalizar parcerias com representações sociais, via CODETER para identificar as demandas	Atender com obras, famílias que trabalham com agricultura Familiar, em áreas de assentamento de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais.
	Implantar projetos comunitários para geração de ocupação e geração de renda
	Implantar serviços em comunidades, assentamentos, povos e comunidades tradicionais e rurais.
Disponibilizar equipe técnica especializada	Ofertar apoio técnico aos serviços de legalização ambiental
OBJETIVO 4	
Dotar o sistema penitenciário de infraestrutura física capaz de atender às necessidades das pessoas privadas de liberdade, humanizando o sistema.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Disponibilizar recurso financeiro para reformar sistema penitenciário do território	Reformar 01 unidade do sistema penitenciário presente no Território.

OBJETIVO 5	
Promover o emprego de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC com a inclusão digital, através da ampliação ao acesso à banda larga visando atender à população de menor renda do Território, bem como a disseminação dos recursos da informática para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, promovendo a universalização dos acessos à energia elétrica e aos meios de telecomunicação em todo o meio rural aprimorando a qualidade e o alcance com a ampliação e modernização do sinal do sistema de radiodifusão pública oferecidos à população.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Lançar editais para implantação estações retransmissoras da TV Educativa – TVE	Implantar no território 1 geradora de rádio FM educativas outorgadas pelo Ministério das Comunicações Implantar nas estações retransmissoras da TV Educativa - TVE, o sinal digital.
Estabelecer parcerias público privada para viabilizar a implantação de centros digitais.	Ampliar para 4 o número de Centros Digitais de Cidadania no âmbito do Programa de Inclusão Sócio-digital – PISD Disponibilizar acessos em banda larga em 4 unidades públicas
Identificar as demandas das áreas carentes de energia elétrica no Território.	Atender 2875 unidades consumidoras da área rural com energia elétrica com prioridade as comunidades mais carentes
Identificar as demandas das áreas carentes de serviços de telecomunicações.	Atender 238 localidades rurais com serviços de telecomunicações.
Ampliar o número de Unidades de Segurança Pública com o Sistema Integrado de Gestão da Informação Policial - SIGIP	Implantar em 01 município infraestrutura de telecomunicação digital para adequação à legislação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL
	Prover 10 unidades da Polícia Civil com infraestrutura de tecnologia da informação para coleta de dados estatísticos.
	Prover 100% das unidades de Polícia Militar com infraestrutura de tecnologia da informação
	Implantar vídeo monitoramento nas cidades com câmeras inteligentes (que ler placas de veículos) nas principais vias de acesso.
	Ampliar a capacidade de pessoal dos órgãos de segurança pública para processamento dos serviços do sistema integrado de gestão da informação Policial.
OBJETIVO 6	
Promover a modernização, ampliação da infraestrutura e de suprimentos da Universidade Estadual, dos IFs e das escolas da Rede Estadual no Território, ampliando as ações embasada em parâmetros técnicos, contribuindo para a elevação do índice de aprovação e redução do Número de abandono na educação básica na Rede Estadual de Ensino.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Disponibilizar pessoal capacitado para atualizar o sistema Integrado de Bibliotecas.	Implantar 2 unidades do Sistema Integrado de Bibliotecas no Território
Disponibilizar infraestrutura adequada e recursos financeiros para implantar cursos de graduação presencial	Ofertar 10 cursos de graduação presencial
Disponibilizar infraestrutura adequada e recursos financeiros para implantar cursos de Educação a Distância – EAD	Ofertar 15 turmas em cursos de Educação a Distância – EAD
Disponibilizar recursos financeiros para modernização e ampliação da infraestrutura da UNEB	Construir 3 espaços em unidades universitárias
	Recuperar e Equipar 2 unidades universitárias
Disponibilizar recursos financeiros para reformar e ampliar as unidades escolares da Educação básica.	Ampliar as unidades escolares da educação básica
	Assegurar o funcionamento regular de 53 unidades escolares e prédios administrativos da rede pública estadual
Identificar a real necessidade de construção de novas unidades escolares da educação básica.	Construir unidades escolares da educação básica no território de acordo com a demanda identificada.
Disponibilizar material físico e pessoal capacitado para o perfeito funcionamento das Bibliotecas da rede estadual de ensino.	Dotar as 4 bibliotecas da rede estadual de infraestrutura física adequada
Viabilizar e sensibilizar os gestores escolares para prover a alimentação	Garantir alimentação saudável nas 53 unidades escolares da rede estadual do território.

saudável nas escolas da rede estadual	
Fornecer infraestrutura adequada para os agricultores familiares fornecedores da alimentação escolar.	
Disponibilizar recursos financeiros para melhorar a estrutura física de unidades escolares da educação básica e integral.	Melhorar a estrutura física de 21 unidades escolares da educação básica Melhorar a estrutura física de 12 unidades escolares da educação integral
Ampliar os convênios entre os órgãos estaduais e as indústrias, comércios e serviços.	Garantir o funcionamento da unidade de serviço SINEBAHIA no Território.
Estimular as empresas a absorverem estagiários e profissionais para o primeiro emprego oriundo das escolas públicas.	
OBJETIVO 7	
Apoiar o desenvolvimento de projetos, pesquisa e infraestrutura na área de ciência, tecnologia e inovação, para a consolidação e diversificação das cadeias produtivas estratégicas.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Disponibilizar as Estações experimentais do Estado para as universidades, IF's, e/ou órgão competentes.	Implantar 01 espaço compartilhado em CT&I voltados para do desenvolvimento do Território
OBJETIVO 8	
Promover a infraestrutura urbana e rural para o desenvolvimento sustentável no território, diversificando a matriz de transportes, aumentando a integração entre os modais e fortalecendo a regulação e a fiscalização dos serviços públicos delegados a terceiros na área de transporte, garantindo assim a qualidade, a eficiência e a modalidade tarifária.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Identificar as demandas das zonas econômicas estratégicas e aportar recursos para requalificação dos trechos de orlas no Território	Requalificar trechos de interesses econômicos e estratégicos do território.
	Requalificar dos trechos de vias de ligação para o litoral no Território.
Identificar as demandas e promover a mobilidade urbana e rural nos Municípios do Território.	Realizar a restauração e conservação de 348 km de rodovias no Território
	Implantar 04 acessos viários Requalificar 12km acessos a destinos turísticos
Ampliar a capacidade dos órgãos de fiscalização.	Intensificar as ações de fiscalização.
OBJETIVO 9	
Ampliar o acesso da população às ações e serviços de saúde especializados, ambulatorial e hospitalar, incluindo as áreas de Hematologia e Hemoterapia com resolutividade, fortalecendo o Sistema de regulação, para atender à demanda do Sistema Único de Saúde (SUS-BA) aprimorando a eficiência e garantia da segurança do paciente.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Articular com o Consórcio Público do Litoral Norte.	Implantar 01 policlínica de forma consorciada no Território.
Aparelhar e requalificar as Unidades Hematológicas/ Hemoterápicas	Adquirir equipamentos de Hematologia/ Hemoterapia, a fim de requalificar a rede física da(s) Unidade(s) existente(s) no Território.
OBJETIVO 9	
Fortalecer ações de emprego, trabalho e renda ampliando a rede de serviços e promovendo ações de qualificação social e profissional.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Ampliar e garantir o funcionamento da unidade de serviço SINEBAHIA no Território	Implantar mais uma unidade de serviço do SINEBAHIA no Território.
OBJETIVO 10	
Promover a melhoria da infraestrutura e modernizar o Centro Social Urbano, implantar o Centro Integrado de Apoio a Criança e ao Adolescente no Território, dotando de infraestrutura esportiva necessária ao	

desenvolvimento do desporto, páradesporto e lazer, dentro dos princípios de acessibilidade, sustentabilidade e ação social.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Apoiar técnico e financeiramente projetos de infraestrutura física de esporte e lazer.	Implantar 3 projetos de infraestrutura física de esporte e lazer no Território.
Publicar editais com disponibilização de recursos específicos para a construção e requalificação de Centro Social Urbano e de Centro Integrado de Apoio a Criança e ao Adolescente	Implementar 05 núcleos de iniciação esportiva, lazer, arte e cidadania.
	Requalificar o Centro Social Urbano e implantar 01 Centro Integrado de Apoio a Criança e ao Adolescente no Território.
OBJETIVO 10	
Promover ações de proteção, promoção social e garantia de direitos, fortalecendo a cidadania e a qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade e risco social, nas áreas críticas e/ou prioritárias principalmente no acesso à alimentação adequada e saudável no que se refere a segurança alimentar e nutricional.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Identificar as áreas prioritárias a fim de liberar recursos do governo Federal e Estadual para fornecer os equipamentos para rede socioassistencial.	Implantar 22 centrais de aquisição e distribuição de alimentos
	Aparelhar 12 equipamentos da assistência social nas áreas prioritárias.
OBJETIVO 11	
Fortalecer a infraestrutura física do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Ampliar o número de Unidades de Segurança Pública.	Expandir para 03 o número de unidades da rede física do Sistema Estadual de Segurança Pública e requalificar as unidades existentes.
	Criar 01 unidade de segurança pública especializada em policiamento da Mata Atlântica e das áreas turísticas.
Transformar o Sub Grupamento do Corpo de Bombeiro em Grupamento	Criar 01 unidade do Grupamento do Corpo de Bombeiro para atendimento aos municípios do Território Litoral Norte e Agreste Baiano-TLNAB;
OBJETIVO 12	
Aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, com ênfase na desburocratização, na simplificação de processos e na impessoalidade do atendimento.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Assegurar o funcionamento regular da unidade da rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC.	Qualificar a mão de obra de atendimento na unidade da rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC.
OBJETIVO 13	
Estimular a implementação de políticas públicas e a implantação de estruturas institucionais para as mulheres no âmbito Municipal, Territorial e Estadual, valorizando os avanços e desafios.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Implantar no território o serviço de convivência para grupo de mulheres específico através das oficinas de geração de emprego e renda.	Veicular e intensificar oficinas de geração de emprego e renda através de profissionais especializados, diretamente à Política Pública para Mulheres;
Criar, no Território, o Centro de Referência de Atendimento as Mulheres - CRAM com unidade móvel para atendimentos em zona rural.	Ampliar a implantação dos Centros de Referência de Atendimento as Mulheres - CRAM nos municípios de pequeno porte II, com aquisição de unidade móvel para atendimentos em zona rural.
Criar sede territorial, com fonte orçamentária estadual e contra partida municipal, com o objetivo de executar políticas públicas territorializada para mulheres;	Garantir o funcionamento da Câmara Setorial Territorial de Políticas Públicas para as Mulheres.
Implantar Delegacias de Mulheres, em mais dois municípios de pequeno	Promover a agilidade, com a redução em 50% do tempo no atendimento das ocorrências nos Municípios do Território.

porte II do Território.	
Estabelecer parcerias entre entidades não-governamentais e governamentais, em especial estado e municípios, para melhorar a infraestrutura e os serviços prestados ao atendimento das demandas das Políticas Públicas de Mulheres	Capacitação contínua do Conselho de Políticas para as Mulheres
	Criar um fundo nacional com repasse para os estados e municípios a fim de atender as políticas públicas para as Mulheres;
	Incentivar os governos municipais na criação de secretarias públicas para as mulheres;
	Criação de Casas de Acolhimento a mulheres vítimas de violência nos municípios de pequeno porte;
	Implantação de uma vara no Ministério Público específica para a questão da violência contra a mulher;
	Adequar uma equipe multidisciplinar itinerante para atendimento as mulheres vítimas de violência.
OBJETIVO 14	
Dotar a agricultura familiar de uma melhor infraestrutura através da implantação de estruturas de beneficiamento, armazenamento e comercialização, expandindo o comércio da agricultura familiar via utilização de Bases de Serviços e mercado institucional (estabelecimentos prisionais e hospitais, etc.).	
ESTRATÉGIAS	METAS
Apoiar a estruturação de feiras livres municipais a partir da estruturação de empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária;	Apoiar a estruturação de 10 Feiras Livres Agroecológicas;
Implantar Unidades de Beneficiamento nas principais comunidades produtoras;	Implantar 01 Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária;
Viabilizar ampliação de negociação de produtos junto as secretarias de administração prisional e saúde.	Implantar e/ou equipar 03 centrais municipais e 01 central territorial de recepção de alimentos da agricultura familiar e da economia solidária para apoiar o PAA e PNAE nos municípios
Criar infraestruturas de produção com viés de gestão cooperativista;	Fomentar o fornecimento de alimentação em 100% nos presídios e 50% hospitais públicos instalados no Território.
	Implantar 01 Entrepasto Territorial com SIF, SIE e SIM;
OBJETIVO 15	
Ampliar o programa de ATERS, garantindo a melhoria da qualidade dos serviços de ATER, Capacitando os extensionistas, agricultores familiares e assentados em legislação agrária e ambiental, com base no novo Código Florestal.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Mobilização de movimentos sociais, STRs;	Aceleração dos processos de assentamento, aplicação de crédito apoio, oferta de assistência técnica para manuseio do solo produtivo e criação de animais, respeitado a legislação ambiental;
	Alcance de 100% dos imóveis rurais cadastrados no CEFIR
Contratar profissionais capacitados	Valorização da mão-de-obra no meio rural e envolvimento da unidade familiar;
Implantação e Avaliação anual de capacitação e resultados;	Oferecer cursos de capacitação de acordo com as demandas do território
Capacitação dos técnicos da ATER para suporte as atividades produtivas artesanais	Curso de capacitação para 100% dos técnicos
Participação em Fóruns de ATER-ATES e Agricultura Familiar.	Reconhecimento dos processos em análise das comunidades tradicionais.
Levantamento das necessidades de terra para distribuição, por meio da identificação das demandas por terra dos agricultores sem - terra;	Atender 50% das demandas identificadas, levando em consideração as de maior carência.

CAPÍTULO III

GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

5. INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS PARA GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

A implementação do PTDS tem como ponto de partida a reestruturação das instancias colegiadas de forma que possibilite garantir sua representatividade e retome a formulação dos demais elementos necessários a gestão social do plano territorial.

A gestão social é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação.

Os ciclos de gestão se iniciam por meio do monitoramento e avaliação, ou seja, antigos e novos agentes territoriais são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O papel fundamental das práticas de monitoramento e avaliação é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

Ao falarmos tradicionalmente em gestão, as primeiras ideias que surgem estão relacionadas a administrar ou gerenciar instituições de natureza pública, privada e da sociedade civil. Para Tenório (2001), gerenciar “é a ação de estabelecer ou interpretar objetivos e de alocar recursos para atingir uma finalidade previamente determinada”. Considerando as atividades (fóruns, conferências, reuniões...) do CODETER/LNAB, podemos afirmar que a Gestão, segundo Fischer (2002), é “um ato relacional que se estabelece entre pessoas, em espaços e tempos relativamente delimitados, objetivando realizações e expressando interesses de indivíduos, grupos e coletividades”. Assim, podemos afirmar que o Colegiado tem sido dinâmico e mobilizador, entretanto, a gestão territorial vem sendo executada mais com a prática e menos com a teoria, caracterizando uma gestão eficaz sem eficiência, necessitando também de obter efetividade.

Nessa perspectiva, expedindo ações a um gerenciamento social, o CODETER/LNAB vem envolvendo nas discussões de Políticas Públicas Territoriais, diferentes atores da sociedade civil e do poder público, conforme o seu regimento interno no Capítulo IV, Art. 4, assim estruturado, com suas respectivas funções:

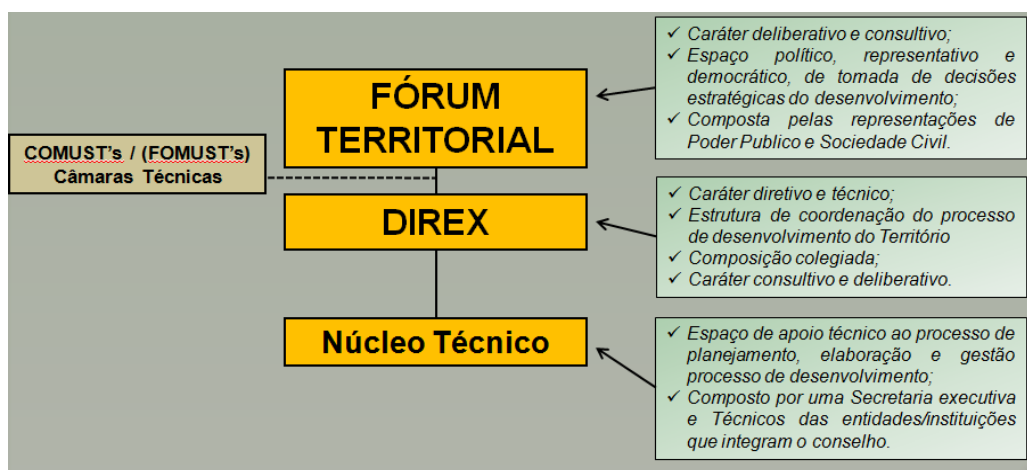


FIGURA 3: MAPA FUNCIONAL DO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

No que diz respeito às COMUSTs, seus representantes compõem o fórum territorial e previamente essas promoverão os Fóruns Municipais para a Sustentabilidade Territorial – FOMUSTs, que serão espaços de debate e deliberação estratégica que visam o processo de desenvolvimento de âmbito municipal com encaminhamento territorial. Já as Câmaras Técnicas (Setoriais) tem a finalidade de organizar fóruns de áreas

específicas constituídas no Território com a finalidade de discutir, fomentar, apoiar e acompanhar as ações que se destinam ao seu público-alvo e possibilitam a sustentabilidade territorial.

Assim, os representantes dessas estruturas têm como atribuições, entre outras, sensibilizar, comprometer, articular e coordenar as ações com vistas à construção coletiva do Plano Territorial para a Sustentabilidade - PTDS, bem como, definir um instrumento de gestão, para atingir as seguintes metas: a) Transformar as estratégias / programas do PTDS em ações operacionais; b) Transformar essas estratégias / programas em tarefas para o colegiado; c) Estruturar a sinergia institucional para a execução das estratégias/programas do PTDS. d) Converter as estratégias em um processo contínuo e enriquecedor.

5.1. Monitoramento

O CODETER/LNAB, entendendo que o monitoramento é uma ferramenta muito importante para orientar a concepção das estratégias e das ações e/ou projetos do Plano na perspectiva de reivindicar e garantir o financiamento e/ou apoio público dessas ações buscou através das Oficinas de requalificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável- PTDS, reunir os representantes de organizações da sociedade civil, do Poder Público e de instituições privadas desse território para definir um Grupo de Acompanhamento e Monitoramento desse Plano, debater sobre a importância do reconhecimento da dimensão espacial, tanto em seus recortes regional como territorial, para a formulação e implementação das políticas públicas, bem como, aprofundar a reflexão em torno do território como espaço privilegiado para a articulação de demandas sociais, políticas públicas e agentes sociais.

Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.

Nas oficinas, no quesito das demandas sociais foram feitas diversas explicações e discussões resultando em alguns objetivos com estratégias que venham contribuir para o desenvolvimento territorial, dentre eles pode-se destacar a promoção processos de planejamento, integração e gestão do desenvolvimento rural sustentável do território,

considerando as dimensões de gênero, etnia, povos tradicional e de terreiros, propõe-se a estratégia de realizar repasse de recursos através de convênios para organizações governamentais e não governamentais (entidades sociais coletivas), para promover a formação continuada dos Agentes Territoriais de todas as organizações sociais através de capacitação, para a gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural e reforma agrária.

È notório que para ter eficiência e eficácia na concretização dos objetivos, estratégias para alcance das metas definidas será necessária, também, à construção de indicadores que contemplem tanto o processo como os resultados e impactos a serem alcançados. Entendemos que esses indicadores são um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre as mudanças que estão se processando nas quais podem captar a sua ocorrência ou mensurá-los. Diante disso, após a conclusão deste PTDS será elaborado um PLANO DE AÇÕES TERRITORIAIS-PAT, que será considerado o principal instrumento de gestão e acompanhamento do PTDS.

5.2. Ações de Monitoramento e Avaliação do Plano

O gerenciamento social é o responsável também pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

- De avaliação de processo: verifica se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando.

- De avaliação de resultado: verifica se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e alcançados. A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.
- De avaliação de impacto: verifica a contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro. Tais impactos referem-se às mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais difícil de medir.

Algumas ações devem ser implementadas para a realização do monitoramento e avaliação do Plano, dentre elas temos: Realização de visitas técnicas, criação de banco de dados, acompanhamento sistemático aos projetos implantados e aos que estão em tramitação, rodas de conversa, geração de relatórios periódicos (por grupo temático), realização de reuniões por microrregiões e por grupos temáticos para avaliação e monitoramento; elaboração de instrumentos de diagnóstico: questionários, relatórios e entrevistas, câmaras temáticas articulando e se reunindo com os conselhos e associações para levantamento das realidades locais, a construção um processo de PAT (Plano de Ações Territoriais) gradual do Colegiado Territorial, inserindo-o como instrumento de fortalecimento da gestão territorial.

Para garantir a eficácia da Gestão do Plano para o Desenvolvimento do Território, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Litoral Norte e Agreste Baiano - CODETER - LNAB estará atento para manter nos seus fóruns um espaço de colaboração com atores diversificados e proativos na gestão de políticas públicas, articulando e fomentando programas e projetos que visem à promoção da sustentabilidade, através de processos ascendentes de planejamento e controle social em sintonia com a atual Abordagem Territorial do Estado da Bahia

6. REFERÊNCIAS:

ADIB, Alberto, Orientações Básicas para Formulação de P.D.S.As. da Reforma Agrária, Projeto de Cooperação Técnica INCRA-IICA. Brasília, 1998.

ALMEIDA FILHO, N. Desenvolvimento territorial como expressão da perspectiva nacional do desenvolvimento: limites e potencial. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 19, p. 94-116, 2006.

BAHIA, Secretaria de Planejamento (SEPLAN). **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável** (PTDRS) do Território Litoral Norte e Agreste Baiano. Salvador, 2012.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Coordenação de Cultura. Guia Cultural da Bahia: Litoral Norte Salvador: SCT, 1999. 407 p. il. (Guia cultural da Bahia, v. 9).

BRANT de Carvalho, Maria do Carmo. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.) Gestão de Projetos Sociais - São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária – AAPCS, 1999, p.57-77.

BRASIL. Capacita SUAS. Volumes 1, 2 e 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais do Pontífice Universidade Católica de São Paulo – 1ª Edição. Brasília: MDS, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de Outubro de 1988. Contém as emendas posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

Brasil. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

BUARQUE, Sérgio, Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável, Projeto de Cooperação Técnica INCRA - IICA. Brasília, 1998.

CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÃO (CEI). Perfil da Região Econômica Litoral Norte. Salvador: CEI, 1994, Série perfis regionais, 2.

COMPANHIA DE AÇÃO REGIONAL (CAR), Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sul da Bahia. SEPLANTEC, Salvador, Bahia.1997.

Diagnóstico da Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia. 2015. Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional – GGSAN.

DUARTE, L e MATTEI, L Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF: nº 01, Brasília. Setembro 2005.

ESTADO DA BAHIA. **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).** Volume VI. Caracterização dos Territórios de Identidade. 2010.

GENRO, Tarso, O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária. Petrópolis – RJ: Vozes, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - **Plano Plurianual – PPA 2016-2019**. Plan 08: Atendimento das Propostas das Escutas – Região Litoral Norte e Agreste Baiano. Salvador-Bahia.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 1-777. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: novembro de 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Panorama dos municípios da Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010-2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba>>. Acesso em: novembro de 2016.

IBGE. **Divisão Regional em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Vol.1, Rio de Janeiro, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE), Acompanhamento da Produção Agrícola, 2009. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba>>. Acesso em: novembro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE), Censo Agropecuário, 2006. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba>>. Acesso em: novembro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE), Censo Demográfico. 2011. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba>>. Acesso em: novembro de 2016.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-05_ba.pdf>. Acesso em: Setembro de 2016.

LEÃO, Sonia de Oliveira. Parte I: Padrões Espaciais de Desenvolvimento Urbano (1500-1930). In: SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello (Org.). Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989. p. 21-103.

MINÁ DIAS, Marcelo Gestão Social, Participação Política, Conselhos e Desenvolvimento Deliberativo. Texto de apoio didático à disciplina “Estado e políticas públicas” Mestrado em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa.

PERICO, R. E. Identidade e território no Brasil. Tradução de Maria Verônica Moraes Souto. - Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2009.

Relatório Anual do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). 2015.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT), Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS. MDA, Brasília – DF, Janeiro 2010.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT), Orientações para a Prática no apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. MDA, Brasília – DF, Junho 2004.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT), Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil. MDA Brasília, 2005.

Secretarial Nacional de Economia Solidária (SENAES). 2015. **Atlas Digital da Economia Solidária**. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso: outubro de 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI), Estatísticas dos Municípios Baianos. Volume 1 Território de Identidade Agreste de Alagoinhas Litoral Norte. Secretaria de Planejamento. Salvador, Bahia, 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI), Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA). Série Estudos e Pesquisas 82. Secretaria de Planejamento. Salvador, Bahia, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Dinâmica Sociodemográfica da Bahia: 1980-2000. Salvador: SEI, 2003, Série estudos e pesquisas.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Perfil dos territórios de Identidade da Bahia. Salvador: SEI, 2016,

TEIXEIRA, Elenaldo Celso (Org). Sociedade Civil na Bahia; o papel político das organizações. Salvador, EDUFBA, 2008.